

REVISTA DE SEGUROS

• NOVAS REGRAS POTENCIALIZAM NEGÓCIOS DE CAPITALIZAÇÃO NO MERCADO BRASILEIRO

• INCIDÊNCIA DE ATAQUES CIBERNÉTICOS CRIA BOAS PERSPECTIVAS PARA SEGUROS

• ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE BAIXA CUSTOS E VALORIZA PROFISSIONAIS GENERALISTAS

EXPECTATIVAS MELHORAM NO TERRENO DA INFRAESTRUTURA

PROJEÇÃO É TOTALIZAR R\$ 1,6 TRILHÃO EM INVESTIMENTOS





VOCÊ MERECE UM LUGAR DE DESTAQUE NO MERCADO.

FAÇA MBA NA ENS!

MBA GESTÃO DE SEGUROS E RESSEGURO

Conheça os principais aspectos do mercado de seguros, resseguro, previdência privada aberta e saúde suplementar.

 PRESENCIAL  ONLINE

MBA EXECUTIVO EM NEGÓCIOS DE SEGUROS

Desenvolva habilidades e competências para atuar como gestor no mercado de seguros e resseguro com opções de ênfases voltadas para a sua área de atuação.

 PRESENCIAL  ONLINE

MBA GESTÃO JURÍDICA DO SEGURO E RESSEGURO

Adquira conhecimentos focados nos segmentos de seguros e resseguros, com especial destaque para as bases contratuais vigentes e práticas comerciais dos agentes do sistema.

 PRESENCIAL

MBA GESTÃO DE RISCOS E SEGUROS

Entenda os processos de tomada de decisão referente ao gerenciamento de riscos, as alternativas para seu tratamento e mitigação e os mais variados problemas de coberturas securitárias.

 PRESENCIAL

Inscrições Abertas!

ENS.EDU.BR/MBAS



Condições especiais para empresas conveniadas.



Dúvidas e informações:
Rio de Janeiro - (21) 3380-1524 / 1531
São Paulo - (11) 2739-1029 / 1059
posgraduacao@ens.edu.br



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS



6

ENTREVISTA

Igor Calvet, do Ministério da Economia, informa que faz parte da agenda do Governo ouvir as demandas do setor privado para propiciar a retomada do desenvolvimento.

8

INFRAESTRUTURA

Ministro Tarcísio Freitas anunciou a concessão de 59 projetos à iniciativa privada para atrair investimentos, principalmente no setor de óleo e gás, e fazer o País voltar a crescer.

12

PACTO FEDERATIVO

A remodelação no sistema tributário e um novo acordo federativo, imprescindíveis para tirar Estados e Municípios do caos financeiro e fiscal, só devem ocorrer depois de 2020.

16

PRÊMIO INOVAÇÃO

As inscrições para a nova edição do mais importante prêmio do setor, que reconhece talentos nos diferentes ramos do seguro, podem ser feitas até o dia 27 de setembro.

20

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo da KPMG aponta os novos desafios da atuação dos conselheiros, em razão das crescentes exigências de implementação de boas práticas de governança nas organizações.



24

AIR – ANS/SUSEP

Susep e ANS se preparam para incluir a Análise do Impacto Regulatório (AIR) nos processos de regulação no Brasil, dando mais transparência às operações e às tomadas de decisão.

26

FIDES

Conferência debaterá em setembro, na Bolívia, o impacto da inovação tecnológica no setor de seguros e os desafios impostos ao avanço do mercado latino-americano.



28

RESSEGURO

Confiança demonstrada no evento realizado em abril mostrou que o resseguro terá papel ainda mais destacado para a atividade seguradora em seu novo ciclo de crescimento.

30

EDUCAÇÃO

A nota máxima recebida pelo curso de Graduação Tecnológica de Gestão em Seguros coloca a ENS entre as quatro instituições de excelência no País.



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Mário José Gonzaga Petrelli e Vinicius José de Almeida Albermaz

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Carlos André Guerra Barreiros, Edson Luís Franco, Eduard Folch Rue, Francisco Alves de Souza, Gabriela Susana Ortiz de Rozas, João Francisco Silveira Borges da Costa, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Miguel Córmez Bermúdez, Nilton Molina, Osvaldo do Nascimento, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão e Pedro Pereira de Freitas

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do mercado segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho, Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Solange Beatriz Palheiro Mendes e Vera Soares

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Cláudia Mara Alcon dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

André Felipe Lima, Bianca Rocha, Carmen Nery, Chico Santos, Francisco Luiz Noel, Irany Tereza, Larissa Morais, Márcia Alves, Maria Luisa Barros, Mario Moreira e Stuellen Napoleão

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, banco de imagens Google e divulgação de empresas

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DIAGRAMAÇÃO

Tapioca Comunicação

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg
Cláudia Mara e Vagner Ricardo
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: revistadeseugros@cnseg.org.br

Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

GRÁFICA

Walprint

DISTRIBUIÇÃO

Serviços Gerais/CNseg

PERIODICIDADE

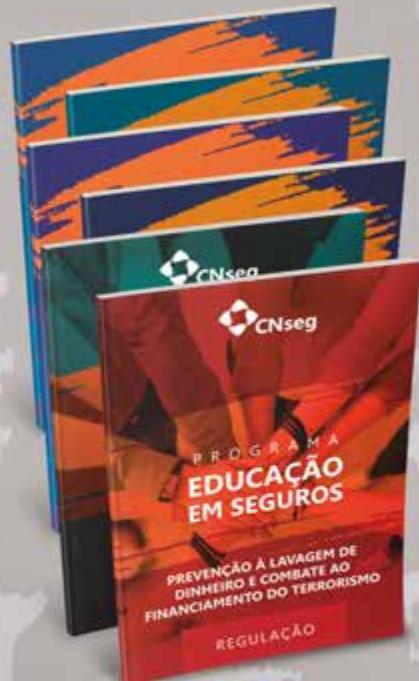
Trimestral

CIRCULAÇÃO

Impresso: 1.500 exemplares
Digital: 4.000 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Conheça os livretos
do Programa de
Educação em
Seguros publicados
pela Confederação
Nacional das
Seguradoras



UTILIZE O QR-CODE
PARA VISITAR O
SITE, LER E BAIXAR
OS EXEMPLARES





ALENTO NA TRAJETÓRIA DA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO

O bom ritmo de concessões à iniciativa privada na área de infraestrutura destoa do clima que cercou inicialmente o debate da “Nova Previdência” e dá algum alento aos setores econômicos que dependem da modernização de portos, aeroportos, estradas, o tipo de energia indispensável para ganhar escala e participar de novos mercados globais. Esse é o tema de nossa reportagem de capa. São 59 projetos, a maior parte no setor de óleo e gás, que vão resultar em mais de R\$ 1,6 trilhão em investimentos, impactos no nível de confiança dos agentes econômicos e arrefecimento da elevada taxa de desemprego.

Mesmo assim, a aprovação da reforma da Previdência é estratégica porque se a economia gerada se situar abaixo de R\$ 800 bilhões em dez anos, como adverte o ministro da Economia, Paulo Guedes, o resultado será insuficiente para tirar o País do atoleiro e,

como afirmam especialistas consultados pela Revista de Seguros, tornará mais difícil a discussão da reforma tributária, o próximo item prioritário da agenda econômica do Governo. Uma má notícia para Estados e Municípios, sobretudo os superendividados, diante de pouca folga fiscal para um novo modelo de sistema tributário mais razoável para todos os entes da Federação.

Esta revista aborda ainda as medidas planejadas pelo secretário especial adjunto da Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Igor Calvet, para que o País ganhe um novo impulso no ritmo de crescimento. Desburocratização, apoio à inovação tecnológica, incentivo à concorrência, combate ao desemprego estão entre as ações mais relevantes destacadas pelo secretário em entrevista.

No plano corporativo, uma reportagem aborda o novo perfil exigido dos membros do conselho de administração das empresas,

em razão da revolução tecnológica, tensões econômicas domésticas e globais e ambiguidades dos stakeholders. Reagir rápido a novos desafios, garantir equilíbrio a curto prazo e refletir permanentemente sobre a sustentabilidade dos negócios estão entre as premissas mais relevantes.

Entre as notícias setoriais, destacamos o cenário de potencial de negócios para os seguros ciberméticos, já que boa parte das empresas tem sido alvo de incidentes, como ataques de hackers, considerando, portanto, factível o risco de vazamento de dados e a necessidade de proteção. Há tom otimista da capitalização, com a inclusão de duas novas modalidades ao portfólio de produtos - o Instrumento de Garantia e a Filantropia Premiável. Na Saúde Suplementar, a Atenção Primária à Saúde (APS) conquista cada vez mais adeptos em busca da sustentabilidade do sistema.

Boa leitura!

MENOS ESTADO E MAIS EMPREENDEDORES

Ouvir as demandas do setor privado e dar a ele condições para crescer e voltar a contratar. Essa é a agenda do Governo Federal para propiciar a retomada do desenvolvimento econômico, afirma o secretário especial adjunto da Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Igor Calvet, em entrevista à Revista de Seguros.

Desburocratização, apoio à inovação tecnológica e incentivo à concorrência estão entre as medidas que o Governo vem adotando para induzir a economia a tomar um novo impulso. Para combater o desemprego, ele informa que o Ministério da Economia vem reformulando a estratégia de qualificação profissional e oferecendo meios “para que o próprio mercado dialogue sobre suas necessidades”. O crescimento econômico por meio do aumento da produtividade, garante ele, vai gerar postos de trabalho e promover o desenvolvimento sustentável de longo prazo. “Menos Estado e mais empreendedores”, resume.

Doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Igor Calvet, foi secretário de Desenvolvimento e

"Somente com medidas capazes de possibilitar que as empresas produzam mais conseguiremos impulsionar a economia, resgatar a confiança do mercado e fazer com que o setor privado volte a contratar."

Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Já atuou também em cargos no Ministério da Saúde e na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), entre outros órgãos governamentais. Atualmente,

representa o Ministério da Economia, como membro titular, no Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS.

Produatividade, emprego e competitividade são questões conectadas entre si, mas alguma delas apresenta problemas de solução mais urgente no Brasil? Qual das três áreas terá prioridade na atual gestão?

Você tem razão – tudo está conectado. Acreditamos que somente com medidas capazes de possibilitar que as empresas produzam mais – por meio da desburocratização de processos, apoio à inovação tecnológica, incentivo à concorrência de mercado, investimentos em capital humano – conseguiremos impulsionar a economia, resgatar a confiança do mercado e fazer com que o setor privado volte a contratar. Dessa forma, não é possível dar prioridade a uma única área. Nossa trabalho é, exatamente, desenvolver ações e projetos que façam com que as três áreas apresentem resultados positivos.

Elevar o nível de instrução dos trabalhadores é fundamental para melhorar a produtividade e a

competitividade. A Coreia do Sul é um exemplo de país que, por meio de investimentos maciços em educação, em pouco tempo deu um enorme salto econômico e social. Mas no Brasil existe uma forte restrição orçamentária, inclusive por causa do teto de gastos constitucional. Como o Governo pode investir em educação e, por tabela, aumentar a produtividade, se os recursos são escassos?

A questão dos recursos, como você citou, envolve muitos parâmetros, legislações específicas e aprovações no Congresso. Todos sabem da crise que vivemos e, por isso, a Nova Previdência se tornou uma pauta tão urgente para o País. O Ministério da Economia está reformulando a estratégia de qualificação profissional e oferecendo meios para que o próprio mercado dialogue sobre suas necessidades. Entre maio e junho, lançaremos o Emprega+, que tem como objetivo a melhoria da qualificação profissional para o mercado e a eliminação dos principais gargalos que impedem a recolocação de desempregados. O plano tem como prioridades a qualificação da mão de obra e a melhoria do Sistema Nacional de Emprego (Sine) – que até já começou, com a liberação de dados sobre os trabalhadores (dados sem identificação pessoal) para as empresas de recolocação de mão de obra. Neste primeiro momento, quando estamos reestruturando equipes e orçamento, cabe aos Ministérios – e suas equipes – readequar suas demandas a longo, médio e curto prazo. Na questão específica do Ministério da Educação, vale consultá-lo para entender essa adequação. Reforço, ainda, que a requalificação profissional se torna fundamental em um contexto de reformulação dos processos produtivos – incluindo a Indústria 4.0.

O desemprego no País subiu em março para 12,4% e atingiu 13,1 milhões de pessoas. Foram fechadas 43 mil vagas formais no mês, após duas altas seguidas em janeiro e fevereiro. O que mais o Governo pretende fazer para o País gerar mais postos de trabalho? Existe alguma meta de redução do desemprego?



"O Governo vem trabalhando na construção de uma agenda comum com o setor privado, ouvindo suas demandas e oferecendo condições para que o mercado cresça e as empresas voltem a contratar."

O que posso acrescentar é a criação do Sine Aberto. Nesse sistema, são compartilhadas informações (sem a identificação dos trabalhadores) sobre nacionalidade, disponibilidade para dormir no local de trabalho ou realizar viagens, últimas experiências profissionais, formação acadêmica, fluência em idiomas, cursos técnicos e profissionalizantes, entre outros. Antes, as empresas cadastravam as vagas no Sine, o Governo localizava trabalha-

dores com o perfil desejado e compartilhava com as empresas. Agora, as próprias empresas acessam os dados e, caso identifiquem trabalhadores aptos para suas vagas, por edital de chamamento público e Termo de Responsabilidade, têm acesso a dados mais específicos para fazer o "match" trabalhador-mercado. O objetivo é dar mais transparência às informações e iniciar um processo de relacionamento com empresas de recrutamento e seleção, que fazem intermediação na contratação de mão de obra, para que elas utilizem o banco de dados do Sine, cujas informações disponibilizadas são cadastradas pelos próprios trabalhadores.

No início do ano, as expectativas sobre o crescimento da economia em 2019 giravam entre 2,5% e 3%. As estimativas mais recentes estão abaixo de 2%, e já há quem preveja algo em torno de 1%, repetindo o fraco desempenho dos últimos dois anos. Qual o impacto dessas previsões sobre a decisão de investimento das empresas e, em consequência, para a geração de empregos?

O Governo vem trabalhando na construção de uma agenda comum com o setor privado, ouvindo suas demandas e oferecendo condições para que o mercado cresça e as empresas voltem a contratar.

O secretário titular da secretaria, Carlos Alexandre da Costa, sustenta que é preciso "trazer soluções privadas para os problemas públicos". Mas o que rege a iniciativa privada é, sobretudo, a busca de resultados financeiros, ao passo que o Governo se pauta, em tese, pelo atendimento às demandas da sociedade. Quais soluções privadas podem atender às demandas sociais no âmbito da sua secretaria?

O atendimento às demandas sociais é a missão de todos os ministérios. No âmbito do Ministério da Economia, do qual faço parte, a missão é o crescimento econômico, por meio do aumento da produtividade, e isso, como consequência, vai gerar empregos e promover o desenvolvimento sustentável de longo prazo. Menos Estado e mais empreendedores. ●

INFRAESTRUTURA: UMA AGENDA PARA O PAÍS VOLTAR A CRESCER

O ministro Tarcísio Freitas anunciou a concessão de 59 projetos à iniciativa privada, que somarão R\$ 1,6 trilhão em investimentos, a maior parte do setor de óleo e gás.

Com um histórico de cinco anos (2014 a 2018) de recessão ou de crescimento ínfimo, com efeito negativo ou praticamente nulo sobre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o Brasil vive a expectativa de uma virada da chave que possa recolocar a economia nos trilhos. Se, no plano geral, a aposta nas reformas, lideradas pela Previdência, é a esperança que une investidores brasileiros e internacionais, ao tirar dos ombros da nação o ônus da insustentabilidade fiscal, não há dúvidas de que o novo Governo começou com o pé direito no terreno vital da infraestrutura, avançando em uma velocidade até certo ponto surpreendente.

Ao comemorar as conquistas dos cem primeiros dias de governo, em abril, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, deu o tom do otimismo gerado pelo sucesso alcançado com 23 leilões de concessões realizados – sendo 12 de aero-



“Os investidores estão apostando nas oportunidades de negócios no Brasil e vieram para ficar, porque estão acreditando no País. Há um otimismo que está sendo convertido em investimentos. E isso é emprego na veia.”

Ministro Tarcísio Freitas

portos, dez de infraestrutura portuária e um emblemático, da Ferrovia Norte-Sul, com seus 1.537 quilômetros de promessa de eficiência, que se arrastavam a passos de tartaruga desde 1987.

“Houve uma demonstração de confiança no País, de acerto na trajetória, rumo e condução política e econômica. Os investidores estrangeiros estão apostando nas oportunidades de negócios que o Brasil tem proporcionado e vieram para ficar, porque estão acreditando no País e na retomada do crescimento econômico. Há um otimismo que está sendo convertido em investimentos. E isso é emprego na veia”, afirmou.

Em março, o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) leiloaram 12 aeroportos, sendo seis no Nordeste (Recife, Maceió e Aracaju), quatro no Centro-Oeste (Cuiabá) e dois no Sudeste, incluindo Vitória (ES). A disputa gerou ágio de 986% em relação ao preço mínimo, resultan-



do em receita imediata de R\$ 2,377 bilhões, a serem pagos nas assinaturas de contratos previstas para julho, e uma receita total de R\$ 4,2 bilhões, a ser integralizada ao longo dos 30 anos de concessões. O plano do Governo é conceder ao setor privado outros 22 aeroportos até setembro de 2020.

Nos dias 22 de março e 5 de abril, foram leiloadas dez áreas portuárias, totalizando receita de R\$ 667,4 milhões. Em março, foram quatro áreas, três em Cabedelo, na Paraíba, e uma em Vitória (ES), com receita de R\$ 219,5 milhões. E, em abril, seis áreas, sendo cinco em Belém (PA) e uma em Vila do Conde, também no Pará, somando R\$ 447,9 milhões de receita. E ainda no final de março, a Rumo, do grupo Cosan, conquistou o direito de operar por 30 anos a emblemática Ferrovia Norte-Sul, entre Estrela d'Oeste (SP) e Porto Nacional (TO), oferecendo R\$ 2,719 bilhões, com ágio de 100,9%, e compromisso de investir aproximadamente R\$ 2,8 bilhões.



AMBIENTE DE OTIMISMO

Em uma situação fiscal difícil como a brasileira, os valores arrecadados são de extrema importância, mas ainda mais importante foi o destravamento dos processos de concessões no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criando um ambiente de otimismo em relação à retomada dos investimentos em um setor vital para o funcionamento eficiente da economia.

De acordo com o economista Raul Velloso, um dos principais especialistas em infraestrutura do País, em texto distribuído em maio durante o evento Fórum Nacional, do qual é o presidente, o Brasil investiu nos últimos 20 anos aproximadamente 2% do PIB no setor, quando o mínimo necessário para manter o estoque de infraestrutura já existente seria de 3%. Para avançar aos níveis de qualidade dos países de renda

média, Velloso avalia que o investimento necessário seria de 4% a 5% do PIB, durante pelo menos 20 anos.

Em maio, o ministro Freitas anunciou a inclusão de outros 59 projetos no PPI, totalizando uma expectativa de investimentos de R\$ 1,6 trilhão, a maior parte na exploração e produção de petróleo, resultado do leilão do excedente da cessão onerosa feita à Petrobras de áreas exploratórias do pré-sal, agora que a empresa e a União chegaram a um acordo sobre a indenização a que a estatal tem direito na renegociação do contrato. O leilão está previsto para outubro deste ano, com bônus de outorga estimado em R\$ 106 bilhões. No pacote de 59 projetos estão incluídos ainda os 22 aeroportos mencionados acima, seis áreas de portos e 14,5 mil quilômetros de rodovias. “E vamos entregar!”, assegurou Freitas, em palestra para empresários da indústria da construção.

“Quando foi feito isso antes no Brasil? Nunca!”, perguntou e respondeu o ministro. “Esta-

mos procurando projetos de infraestrutura que façam sentido, que não precisem de muletas, que possam ser custeados pelo mercado”, acrescentou, ressaltando que está sendo preparada a privatização do Porto de São Sebastião, em São Paulo, e que o Porto de Santos, administrado pela Companhia Docas de São Paulo (Codesp), terá seu capital aberto.

Freitas prometeu corrigir problemas existentes em concessões realizadas no passado e disse que o grande mérito do atual Governo foi manter a política de infraestrutura que foi implementada por Michel Temer, acrescentando que “infraestrutura é política de Estado, não de governo”. O próprio ministro fazia parte da equipe do governo anterior, como secretário Especial do PPI. “Vamos transformar energia potencial em energia cinética. Precisamos botar este País para correr”, resumiu.

Nesse sentido, merece menção o estudo do Governo para criar um seguro contra a desvalorização cambial, demanda dos investidores estrangeiros interessados nas concessões de infraestrutura, mas preocupados com o vaivém da cotação do dólar e seus efeitos nos negócios que tenham cobrança de outorga. A criação do chamado seguro cambial deverá ser discutido com o mercado segurador nos próximos meses.



GESTÃO APROVADA

A escolha de Freitas e o começo da sua gestão têm sido saudados por amplos setores do empresariado e por especialistas no setor. “Na infraestrutura, estamos satisfeitos com a escolha do ministro, que tem experiência de Congresso (é consultor de carreira da Câmara de Deputados), conhece o segmento de infraestrutura, tem formação técnica muito forte e foi secretário do PPI. Vimos isso como uma definição de continuidade, e o PPI deu muito certo no governo anterior. Com o PPI, foi possível melhorar e muito a estrutura de governança do Estado brasileiro, principalmente entre os órgãos do Poder Executivo e entes reguladores e de controle”, disse o presidente da Associação Brasi-

leira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini.

Segundo Tadini, a entidade tinha a percepção, desde o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que havia claramente “falta de governança” no esforço para fazer deslanchar os projetos de infraestrutura. “Este era um problema diagnosticado com o PAC, que era mais uma lista de projetos e intenções do que um programa com gestão efetiva”, ponderou o executivo. Corrigido o problema, Tadini disse que foi possível melhorar a estruturação e a qualidade dos projetos, atraindo a participação mais efetiva dos investidores, inclusive internacionais. “A perspectiva e o diálogo com o novo Governo são positivos desde a fase de transição, tanto pela forma como está sendo encarada quanto pela prioridade dada ao segmento”, disse.

Ao analisar as primeiras iniciativas concretas do novo Ministério da Infraestrutura, Tadini disse que a realização de quatro rodadas de leilões de concessões nos primeiros meses de 2019,



“A perspectiva e o diálogo com o novo Governo são positivos desde a fase de transição, tanto pela forma como está sendo encarada quanto pela prioridade dada ao segmento.”

Venilton Tadini / Abdib

envolvendo setores como aeroportos, ferrovias e portos, atingiu resultados esperados tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada. “Há nos ativos que foram concedidos até agora um conjunto de investimentos interessantes, capazes de contribuir para reduzir gargalos e melhorar a eficiência da infraestrutura brasileira”, avaliou.



CASO EMBLEMÁTICO

O presidente da Abdib considera que há boas perspectivas de uma continuidade bem-sucedida dos leilões, tanto do ponto de vista dos eventos em si quanto do sucesso posterior das concessões. “O caso dos aeroportos foi emblemático de como é possível atrair o investimento com boas ações”, opinou. Entre as novidades positivas da disputa pelos aeroportos está a alteração na regra de pagamento da outorga, estipulando que o ágio seja pago à vista, de modo a afastar da disputa propostas irrealistas com perspectivas de insustentabilidade futura.

Mesmo otimista, Tadini adverte para a existência de novos desafios no horizonte: “Os projetos que estavam sendo estruturados já foram concedidos. O que nos preocupa é qual será a nova estrutura de projetos que temos para atender o hiato de investimentos, a diferença entre o que investimos e o que necessitamos investir, porque os projetos que estavam sendo estruturados já foram licitados”, ponderou.

Na avaliação do executivo, é preciso ter um novo ciclo de projetos à disposição, uma nova carteira, o que leva tempo para ser montado e estruturado. Segundo ele, já há iniciativas nesse sentido nas três instâncias de Governo, mas é um processo que leva tempo até que projetos estejam preparados e sejam apresentados ao mercado com a qualidade necessária. “Na parte de rodovias e aeroportos, essa questão está relativamente endereçada, mas precisamos acelerar isso nas ferrovias, portos, no saneamento; neste último caso, envolvendo participação maior de estados e municípios”, acrescentou.



O MERGULHO DO PIB E DO PIB PER CAPITA

Variação em termos reais (2014 a 2018)

ANO	PIB (%)	PIB PER CAPITA
2014	0,5	-0,4
2015	-3,5	-4,3
2016	-3,3	-4,1
2017	1,0	0,2
2018	1,1	0,3

FONTE: IBGE



AVANÇO EXPRESSIVO

A engenheira Luíza Franco, mestre em Transportes, especialista em Infraestrutura e professora de Engenharia Ambiental e Engenharia Civil da UniBH, também considera os avanços obtidos até agora expressivos e no rumo correto, mas, da mesma forma que Tadini, ela manifestou preocupação com a continuidade.

“Os leilões de infraestrutura à iniciativa privada estão acontecendo em um ritmo acelerado

desde o início de 2019, porém, várias dessas iniciativas tiveram seus processos organizados em 2018, no Governo anterior”, disse. Questionada se essas concessões poderiam andar mais rápido, respondeu que, embora maior rapidez seja sempre possível, o mais importante agora é priorizar a qualidade para que os leilões possam ser realmente comemorados.

“O grande mérito do Governo atual foi dar sequência, com muita inteligência, ao que já estava sendo realizado, sem paralisar ou desprezar o que já estava autorizado, e com isso garantir sucesso nos resultados e boa expectativa de rentabilidade futura”, avaliou, acrescentando: “As rodovias representam o segmento que pre-

cisa ter seu processo de concessões encaminhado com a mesma celeridade que os aeroportos, portos e ferrovias tiveram até agora.”

“As rodovias são hoje responsáveis por grande quantidade de transporte de carga e de passageiros, além da geração de emprego, e ainda representam o modal de maior integração, ou seja, para que a produção chegue aos portos, é essencial que exista uma infraestrutura adequada de rodovias. Por isso, disse a especialista, espera-se mais celeridade nos processos, incluindo as rodovias, enfatizando, como é do conhecimento geral, a premência por investimentos, públicos ou privados, que o segmento apresenta.

A ponderação da engenheira vai ao encontro do entusiasmo do ministro Freitas ao anunciar o propósito de conceder mais 14,5 mil quilômetros de rodovias, o que representa 76,2% da atual malha concedida, que é de 19.030 quilômetros, 9,3% da malha pavimentada existente, segundo dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). ●



“As rodovias representam o segmento que precisa ter seu processo de concessões encaminhado com a mesma celeridade que os aeroportos, portos e ferrovias tiveram até agora.”

Luíza Franco / UniBH

ACORDO VIGENTE NÃO RESOLVE A COMPLEXA CRISE FISCAL DOS ESTADOS

Para especialistas, o atual regime tributário provoca discrepâncias na distribuição territorial de indústrias e tem distorções alocativas monumentais, que 'roubam' a produtividade do País.

Aprovação de uma reforma da Previdência incompleta, como pode estar se desenhando no Congresso Nacional, tornará mais difícil a discussão da reforma tributária, próximo item prioritário da agenda econômica do Governo. Também deve empurrar para além de 2020 a negociação de um novo pacto federativo, na avaliação de economistas e cientistas políticos.

O acordo entre os entes da federação – União, Estados e Municípios – e a remodelação no sistema tributário são imprescindíveis para solucionar a caótica situação financeira e fiscal dos Estados. Mas uma redução a menos da metade da economia de gastos com a reforma da Previdência – prevista pelo Governo em R\$ 1,165 trilhão em uma década, no início do ano – deixaria pouca folga fiscal para a negociação sobre os impostos.



“Na falta de um acordo formal (no pacto federativo), o sistema tributário na Constituição assumiu tal papel. Isso torna muito complexo todo o debate sobre a reforma tributária.”

José Roberto Afonso / IDP

O superendividamento dos Estados brasileiros desqualificou a maioria deles a receber garantias da União para novos empréstimos. A dívida bruta acumulada pelos Estados, em trajetória crescente nos últimos dez anos, atingiu R\$ 908 bilhões, de acordo com o dado mais recente, divulgado em novembro de 2018. O boletim anual do Tesouro Nacional informa que apenas um entre os 27 entes federativos teve avaliação ótima, com nota A, enquanto 14 amargaram notas C, D e E. Os 13 restantes, apesar da nota B, não estão com suas contas saneadas.

Esta talvez seja a maior comprovação de que o pacto federativo não resolveu a complexa crise fiscal que envolve os diferentes entes da Federação. Para alguns estudiosos, o pacto sequer ocorreu de fato e as tentativas de negociação entre União, Estados e Municípios foram embaladas pelo propósito de obtenção de novas ajudas financeiras e não pelo real objetivo de de-



belar a crise. “Embora muito se fale em pacto, ele nunca existiu formalmente no Brasil, ao contrário de muitas outras federações”, afirma o professor do Instituto Brasiliense de Direito Público e consultor independente José Roberto Afonso.

O economista foi um dos principais formuladores da Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, que estabeleceu normas para as finanças públicas nas três esferas de gestão. “Na falta de um acordo formal, o sistema tributário na Constituição assumiu tal papel. Isso torna muito complexo todo o debate de reforma tributária”, analisa.



TEMAS RECORRENTES

Reforma tributária e um novo pacto federativo são dois temas recor-



“Como há um elo entre esta reforma (previdência) e a tributária, isso dificulta mais a segunda. O Governo dificilmente terá força para manter uma base disciplinada e estável no Congresso.”

Christopher Garman / Eurasia

rentes na pauta federal nos últimos anos. Com o Governo Jair Bolsonaro, iniciado em janeiro, não é diferente. Em março, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, além de defender o controle de gastos públicos e a urgente aprovação da reforma da Previdência, prometeu um novo pacto, que descentralizaria recursos em favor de Estados e Municípios. Mas a discussão no Congresso é muito incipiente.

Em relação à reformulação dos tributos, há algumas propostas colocadas à mesa, mas duas encabeçam a lista. Uma altera a Constituição (Proposta de Emenda Constitucional – PEC) ao unificar três impostos federais (IPI, PIS e Cofins), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). Outra restringe a remodelação tributária à esfera federal, juntando PIS, Cofins, IPI,

CSLL e IOF num imposto único, sem a necessidade de mexer na Constituição, mas também reduzindo o espectro da reforma.

Cientista político da consultoria internacional Eurasia, Christopher Garman se diz pouco otimista em relação ao escopo da reforma tributária e sua discussão no Congresso. O motivo é essencialmente político: a dificuldade de o Governo manter firme o apoio de uma base de congressistas. “Estou mais otimista com a Previdência. As lideranças estão com medo de não aprovar essa reforma por causa do custo político de um naufrágio coletivo”, avalia.

A Eurasia, tida como a maior consultoria política do mundo, previu a vitória de Bolsonaro ainda durante a campanha, mas também fez o prognóstico de uma curta “lua de mel” com o Congresso, como costumam ser definidos os primeiros meses de qualquer gestão federal. Garman acredita que a reforma da Previdência será aprovada em versão mais modesta do que o mercado espera, o que dificultará ainda mais a discussão posterior da questão tributária.

“Nossa previsão é de uma reforma da Previdência menos robusta, com uma economia entre R\$ 400 bilhões e R\$ 600 bilhões em dez anos. Como há um elo entre essa reforma e a tributária, isso dificulta mais a segunda. O Governo dificilmente terá força para manter uma base disciplinada e estável no Congresso – e isso tem um custo. Numa discussão sobre reforma tributária, o risco de haver politicamente ganhadores e perdedores é maior”, diz Garman.

Por isso, ele aposta na versão que unifica apenas os tributos federais, apresentada pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, que classifica como uma reforma “relevante, mas não tão ampla”. Ao anunciar a proposta do Governo, em abril, Cintra salientou que esta seria uma primeira etapa da reforma. Na segunda fase, mais à frente, entrariam também o estadual ICMS e o municipal ISS.



DISTORÇÕES ALOCATIVAS

A proposta de uma reforma mais abrangente foi baseada em estudos do economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). “Não se trata apenas de uma simpli-

ficação, mas de uma reforma tributária ampla, com forte impacto sobre a produtividade. A proposta não interfere na carga tributária, mas corrige distorções, permitindo aumento potencial do PIB de 10%, em 15 anos”, atesta Appy, que ocupou, entre 2003 e 2009, a Secretaria Executiva e a Secretaria de Política Econômica do então Ministério da Fazenda.

“O regime tributário atual tem distorções alocaativas monumentais e é o maior ladrão de produtividade no Brasil”, declara Appy. O sistema falho, lembra, produziu discrepâncias inclusive na disposição territorial de indústrias, com instalação distante tanto de centros consumidores quanto do fornecimento de matéria-prima, com custo desnecessário de logística.

Ele admite que os ganhos com a unificação dos impostos não seriam imediatos; ocorreriam ao longo de uma transição de dez anos para a substituição progressiva dos tributos, de forma gradual, e nos anos subsequentes. A transição para a distribuição de receita federativa do Imposto sobre Bens e Serviços, como foi nomeado o tributo unificado na proposta, é estimada em 50 anos. “O impacto será diluído no tempo. A reforma tributária criará um ambiente perfeito



“Há um desequilíbrio (fiscal) que precisa ser resolvido. Mas minha preocupação é que isso crie uma miragem em relação ao tema. As pessoas falam em pacto, mas estão mirando em dinheiro.”

Paulo Hatung / ex-governador do ES

para a rediscussão do pacto federativo”, afirma.

Para José Roberto Afonso, em tese, as propostas são parecidas e visam simplificar o sistema, sobretudo unificar impostos indiretos. “Tecnicalemente, as duas propostas apresentadas são boas e não vejo grandes diferenças conceituais entre elas. Em tese, não deveria haver problemas no fato de o Congresso avaliar mais de uma proposta. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso enviou umas cinco PECs no início de seu mandato, todas aprovadas, sem abalar o Governo”, comparou.

Desde a Constituinte de 1988, a crise fiscal do Estado brasileiro vem se aprofundando. Um problema que, na opinião de Afonso, atinge com muito mais força as administrações estaduais do que as prefeituras. “Os Estados é que estão falidos e precisam rever receitas, gastos e dívidas”, aponta o economista.

De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018, do Ministério da Economia, nos últimos sete anos houve um crescimento médio de 31,6% nas despesas com a folha de pessoal das administrações estaduais. Esse gasto é a maior causa do desequilíbrio entre receitas e despesas do setor público.



ATITUDES DE GESTORES

O Espírito Santo foi o único Estado a receber nota máxima nos três indicadores que compõem o ranqueamento feito pelo Tesouro Nacional: endividamento, poupança corrente e liquidez. Ex-governador do Estado, Paulo Hatung, atualmente sem partido, passou o bastão a seu sucessor este ano com caixa suficiente para novos investimentos públicos. Apesar de partilhar da avaliação geral de que o País convive com um problema estrutural que precisa ser corrigido com reformas, ele defende atitudes dos gestores enquanto as reformas não vêm.

“O pacto federativo precisa ser reorganizado, não há dúvida. Há um desequilíbrio que precisa ser resolvido. Mas minha preocupação é que isso crie uma miragem em relação ao tema. As pessoas falam em pacto, mas estão mirando em dinheiro. E dinheiro não tem”, afirma Hartung.

Atual presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), associação que reúne a cadeia produtiva de árvores plantadas para fins industriais,



Hartung explica que reequilibrou as finanças do Governo capixaba adotando medidas duras. Por três anos, não houve correção salarial da folha; concursos públicos foram suspensos; cargos comissionados, contingenciados.

Decisões como estas fizeram com que o Espírito Santo – que já havia sido notificado pelo Tribunal de Contas e se encontrava no limite de alerta em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal – reduzisse o dispêndio de pessoal em relação à receita líquida. Não foram medidas de fácil aceitação, mas o ex-governador refuta o termo “impopular”. “Não uso essa palavra porque é papel do líder convencer. Essa narrativa de medidas impopulares é errada”, comentou.

Todos os gastos passaram a ser fiscalizados com lupa: passagens, aluguéis, combustível. “Passamos a ter um controle rígido de tudo”, diz Hartung, destacando que conseguiu sanear as contas, mesmo diante das dificuldades conjunturais que marcaram seu terceiro mandato (2015-2018), como a queda da atividade econômica no Estado devido ao desastre da Samarco, a crise hídrica e a drástica redução da receita com a produção de petróleo.

“Precisamos diminuir o dispêndio do setor



“Não se trata apenas de uma simplificação, mas de uma reforma tributária ampla, com forte impacto sobre a produtividade. O objetivo é corrigir distorções e permitir aumento do PIB.”

Bernard Appy / CCiF

público brasileiro. O mundo mudou e nosso setor público ficou parado no tempo. Agora há que se consertar o avião em pleno voo. E sem errar a mão, senão ele cai. Mas é preciso desviar dos caminhos fáceis e ilusórios. O roteiro é outro”, diz o ex-governador.

Apesar de já terem sido iniciados, na Câmara Federal, os procedimentos para a tramitação das propostas de reforma Tributária, o botão de “start”, para que o mérito da questão comece a ser discutido, só será apertado depois de concluída a discussão da reforma da Previdência. Appy acredita que, se até julho, as novas regras previdenciárias forem efetivadas, a discussão da mudança tributária tenha condições de ser iniciada, para que seja efetivada a reforma no ano que vem. Mais cauteloso, Garman acredita que esta será uma questão para o segundo ano de mandato do Governo Bolsonaro. Afonso vê possibilidade de avaliação de diferentes propostas ao mesmo tempo.

“Na era digital, eu não vejo por que Congresso e Governo deveriam virar mono, ou seja, discutir uma só PEC. Até porque com mais de 600 congressistas, não deveria faltar gente para discutir as propostas.”

CNSEG ABRE NOVA TEMPORADA DE CASES INOVADORES PARA SEGUROS

As inscrições para a IX Edição do Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros, o mais importante do mercado segurador brasileiro, podem ser feitas até 27 de setembro.

Se você tem na cabeça uma ideia inovadora que pode contribuir para a modernização do setor segurador no Brasil, fique atento ao período de inscrição da nona edição do Prêmio Antônio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros, que vai até 27 de setembro. Criado em 2011 pela CNseg, com o objetivo de estimular a inovação no setor, o concurso premia iniciativas nas áreas de Produtos e Serviços, Comunicação e Processos e Tecnologia. O regulamento, os valores de premiação e as categorias não sofreram alterações significativas neste ano, mas a abordagem da campanha que divulga o prêmio é nova.

“O Prêmio irá trabalhar com o mote da campanha “VivaEssaEmoção”, que quer transmitir a importância dessa iniciativa da Confederação e o impacto positivo que gera na carreira profissional dos finalistas, com imagens marcantes da cerimônia de premiação que ocorre todo final de ano no Hotel Copacabana Palace”, conta a diretora de Relações de Consumo e Comunicação da CNseg, Solange Beatriz Palheiro Mendes.

Além de estimular a inovação, o prêmio tem



“O Prêmio irá trabalhar com o mote da campanha “VivaEssaEmoção”, que quer transmitir a importância dessa iniciativa da CNseg e o impacto positivo que gera na carreira profissional dos finalistas”

Solange Beatriz / CNseg

funcionado como um canal de reconhecimento de talentos que atuam em diferentes ramos do mercado segurador. O público-alvo é abrangente. Podem participar funcionários, prestadores de serviços e profissionais autônomos de seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, operadoras de planos e seguros saúde, resseguradoras, corretoras, entidades afins do setor e instituições de ensino que queiram partilhar suas experiências. O prêmio de R\$ 30 mil para o primeiro colocado de cada categoria (segundo e terceiro ganham, respectivamente R\$ 15 mil e R\$ 10 mil) sem dúvida é um atrativo, mas a projeção profissional pode ser um retorno ainda mais importante.

Outra novidade da edição 2019 foi a simplificação do processo de inscrição, totalmente realizado por meio do site www.premioseguro.com.br. O regulamento informa que o participante terá que preencher um formulário de inscrição, um Termo de Cessão de Direitos e um Termo de Anuência – todos com modelos disponíveis no site. Além desses documentos e do trabalho, em formatação específica indicada no site, também é necessário enviar uma cópia da carteira de



identidade. Depois de se inscrever, o participante receberá uma confirmação por e-mail.

O trabalho deve ser enviado no formato de um plano de negócios que inclui justificativa, contexto, público atingido, ações realizadas, resultados alcançados e esperados e um plano de monitoramento. Cada item pode ter de uma a duas páginas, de modo que o projeto completo fique com, no mínimo, nove e, no máximo, 14 páginas. É possível anexar até seis imagens e três vídeos ao material.



RECORDE DE INSCRIÇÕES

Com a simplificação do processo de inscrição, Solange Beatriz acredita que o número de inscritos será ainda maior do que o de anos anteriores. Em 2018, a premiação teve o recorde de 115 inscrições, o que representou um aumento de 29% em relação a 2017. Foram 54 projetos na categoria Produtos e Serviços, 40 em Processos e 21 em Comunicação. Para a executiva, mais importante até do que o aumento do número de participantes é a qualidade do material submetido. A expectativa é de que a



premiação receba trabalhos cada vez melhores.

Solange Beatriz ressalta que o prêmio tem gerado benefícios como a adoção de novas tecnologias, a ampliação dos produtos e serviços agregados e a melhoria na relação com os clientes. Ela citou como exemplo de contribuição relevante um case premiado em 2017 na categoria Produtos e Serviços. A companhia lançou um sistema de venda de seguros para pessoas com necessidade especiais ou de mobilidade reduzida. “A ideia, que surgiu no Brasil, já foi ‘exportada’ para vários países”, relata a executiva.

Na maior parte das vezes, os trabalhos inscritos expõem ideias já implementadas, mas também há casos de planos de negócios para inovações que ainda não saíram do papel. Nesses casos, a premiação pode funcionar como o impulso que faltava à concretização de um projeto. A ideia é justamente mobilizar o setor pela melhoria constante, algo que, nas palavras de Solange Beatriz, deixou de ser um diferencial competitivo para se tornar uma questão de sobrevivência.

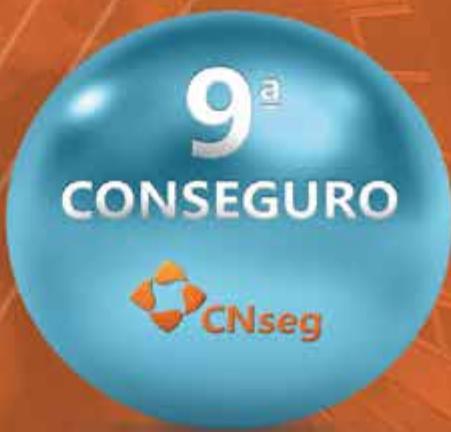
Os projetos inscritos serão encaminhados a uma comissão julgadora que lhes atribuirá notas de zero a dez. Os cinco mais bem pontuados terão que ser apresentados presencialmente ao júri, em nova etapa agendada para o fim de novembro. Na primeira etapa, classificatória, serão analisados os quesitos inovação, relevância, implementação e conjunto do trabalho. O júri vai avaliar, por exemplo, benefícios para o negócio, processo de implantação e plano de continuidade. Em caso de empate, sai na frente quem tiver desempenho melhor no quesito inovação. Na etapa final, das apresentações presenciais, cada trabalho receberá nova nota, de um a cinco, e os três mais bem avaliados sairão vencedores. ●

A CONSEGURO 2019

já tem data e local
confirmados!

DIAS **4** E **5** DE SETEMBRO
DE 2019

CICB - Centro Internacional de
Convenções do Brasil
Brasília – DF



Confira alguns números da CONSEGURO 2017,
o mais importante evento do setor segurador:



Os eventos abaixo também estão confirmados na CONSEGURO:



O SETOR SEGURADOR EM NÚMEROS | 2018

6,5%

do PIB é o volume
do total arrecadado
pelo setor
segurador

**R\$ 1,3
trilhão**

em ativos
garantidores

Saiba mais nos canais de comunicação da
Confederação Nacional das Seguradoras

RádioCNseg



CNseg



Canal Seguro



CNseg



CNseg

cnseg.org.br

AGENDA DE DESAFIOS PARA OS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Exigências crescentes de implementação de boas práticas de governança corporativa nas organizações estão diretamente relacionadas à atuação dos conselhos, que sofrem pressão dos stakeholders por autoavaliação.

Segurança para garantir o equilíbrio entre as expectativas no curto prazo, agilidade para reagir aos novos riscos e capacidade para projetar estratégias de longo prazo em favor da sustentabilidade dos negócios. As três exigências são do conhecimento dos conselhos de administração das empresas em tempos de revolução tecnológica, mudanças de comportamento dos públicos de interesse (*stakeholders*) e tensões econômicas nos planos nacional e global – fatores que mantêm em transformação a agenda decisória das empresas em 2019.

Os desafios dos conselhos são apontados em estudo da auditoria e consultoria KPMG, com base em discussões com conselheiros e executivos, desde o ano passado. Intitulado “Conselho de Administração: prioridades para a agenda 2019”, o trabalho preconiza que o futuro das corporações depende de sua postura diante de três variáveis: as transformações operadas pelo avanço da tecnologia digital; as demandas nos campos ambiental e social; e as cobranças, por



“Quem integra conselhos de empresas do setor (seguros) terá que, obrigatoriamente, sair da zona de conforto e acompanhar a mutação gigantesca nos modelos de negócio, visando mais proximidade com a clientela.”

Henrique Luz / IBGC

parte dos investidores, de mais engajamento, diversidade e geração de valor.

Sócia-diretora de Governança Corporativa e Controles Internos da KPMG, a auditora Eliete Martins, destaca que, nesse cenário cambiante, os conselhos de administração precisam se avaliar de maneira constante para exercer seu papel. “Cada vez mais, nos últimos anos, temos visto mais exigências de implementação de boas práticas de governança corporativa nas organizações, o que se relaciona diretamente à atuação dos conselhos”, diz, associando a necessidade de autoavaliação à pressão crescente dos stakeholders.



NOVO MERCADO

A Lei 13.303, de junho de 2016 (que impõe avaliações anuais dos conselhos nas estatais e empresas de economia mista), é vista como um sinal do aumento das expectativas de bom preparo dos conselhos de administra-



ção, na opinião de Eliete Martins. Para as companhias abertas, as avaliações são recomendadas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG), e obrigatorias no Novo Mercado, segmento da Bolsa de Valores (B3) que reúne as empresas com melhores práticas de governança.

Foco de *stakeholders* e empresas, os conselheiros nunca foram tão exigidos, observa o presidente do Conselho de Administração do IBCG, Henrique Luz. “É vital uma postura de pensamento estratégico de médio e longo prazos, em contraponto a uma tendência do próprio capitalismo, voltada ao curto prazo”.

Para Luz, “um conselheiro precisa focar na geração de valor para a empresa e seus acionistas em uma base sustentável no tempo, atento ao papel da companhia na sociedade e a seus impactos ambiental e social.”

Para o executivo, é preciso buscar atualização e informação de forma permanente. “Um conselheiro deve ter em mente que, para aprimorar seu desempenho e absorver os conhecimentos necessários para ajudar no comando da organização, é preciso conhecer melhor a dinâmica da indústria, ter a preocupação de gerar valor e entender as mudanças em curso, de forma a criar uma cultura da inovação no ambiente de negócios”, enumera, acrescen-

tando que mesmo conselheiros experientes não podem deixar de investir em formação.



CENÁRIO MUNDIAL

Ao longo de 2019, sete assuntos não podem ficar de fora da agenda dos conselhos de administração, indica a KPMG no estudo, ao alertar que o ano avança num cenário mundial de tensões comerciais e riscos de alta do endividamento, supervalorização de ativos e conflitos geopolíticos. O trabalho foi coordenado pelo sócio e líder de Consultoria em Riscos e Governança Corporativa, Sidney Ito, CEO do

ACI Institute Brasil, mantido pela empresa para promover a boa governança, e pela gerente sênior do instituto, Fernanda Allegretti.

O primeiro tema apontado no estudo é a composição do conselho de administração, do qual investidores institucionais esperam não somente alinhamento à estratégia e às necessidades futuras da empresa, mas também abertura à diversidade de formação profissional, sexo e raça. Essa cobrança é ilustrada com menção à aprovação recente, na Califórnia, Estados Unidos, de lei que exige das empresas locais de capital aberto a presença de, no mínimo, uma mulher no conselho até o fim de 2019.

“A diversidade precisa ser incluída na tomada de decisão”, alerta Andrea Motta Chamma, integrante do Conselho de Administração do Grupo Fleury, de Medicina e Saúde. Uma das coordenadoras do Comitê Diversidade no Conselho do IBGC, que desenvolve programas de mentoria para conselheiras e executivas, Andrea lembra a presença crescente das mulheres entre clientes, colaboradores e fornecedores das empresas e salienta que a diversidade de gênero nos conselhos agrega conhecimento em relação ao público feminino.

A participação de mulheres nos conselhos de administração ainda é baixa no Brasil: correspondeu no ano passado a 9,4% dos conselheiros titulares e suplentes, segundo a consultoria Spencer Stuart, com base na pesquisa Board Index Brasil 2018. O trabalho atesta, contudo, que a presença feminina cresceu 18% em relação à de 2017. A diversidade, observa Andrea Chamma, está entre as exigências do mercado global. “Se a empresa quer receber investimento estrangeiro, tem que estar em dia com as grandes tendências internacionais”, alerta.



DISRUPÇÃO DIGITAL

Outro ponto obrigatório na agenda, segundo a KPMG: relacionar o planejamento estratégico e a gestão de riscos à chamada disruptão digital, que transforma de forma célere o modo de fazer negócios. Diante de inovações tecnológicas como computação na nuvem, automação de processos, inteligência artificial

e blockchain, os conselhos devem apoiar a gestão na reavaliação de processos e na detecção de riscos e oportunidades criados pelo avanço digital, a fim de otimizar impactos positivos e mitigar os negativos.

No caso do mercado de seguros, a velocidade das mudanças deflagradas pelas inovações tecnológicas é flagrante, endossa Henrique Luz, do IBGC. “Quem integra conselhos de empresas do setor terá que, obrigatoriamente, sair da zona de conforto e acompanhar a mutação gigantesca nos modelos de negócio, visando mais proximidade com a clientela. Os clientes tornam-se cada vez mais demandantes, e o atendimento próximo, pronto e ágil é vital.”

Para o presidente do Conselho de Administração do IBGC, as expectativas depositadas nos conselheiros das companhias de seguro supõem “o entendimento e acompanhamento dessas novas tecnologias transformacionais, que representarão, de forma efetiva, diferenciais na concretização das visões estratégicas de suas empresas.” Em razão da escala do setor e do uso de grande massa de



“Um tema muito questionado na atuação dos conselhos é o quanto se preocupam com questões socioambientais. Cada vez mais, acionistas, stakeholders e o mercado têm cobrado posicionamentos a respeito.”

Eliete Martins / KPMG

dados, observa Henrique Luz, um integrante de conselho deve ter visão sobre os efeitos da disruptão tecnológica em várias frentes, incluída a mensuração de riscos.



FUTURO SUSTENTÁVEL

Foco na geração de valor a longo prazo é a terceira recomendação da KPMG, com o alerta de que, nas empresas de capital aberto, ceder a pressões de curto prazo para distribuir dividendos reduz os investimentos necessários a um futuro sustentável. Entre os fatores que impulsionam o desenvolvimento no longo prazo, a consultoria lista estratégia e risco, estímulo a talentos, remuneração e incentivos, cultura corporativa, aportes em pesquisa e desenvolvimento e desempenho ambiental, social e de governança.

“Um tema muito questionado na atuação dos conselhos é o quanto se preocupam com questões socioambientais. Cada vez mais, acionistas, stakeholders e o mercado têm cobrado posicionamento forte a respeito”, lembra Eliete Martins, da KPMG, sublinhando que o conselho deve fazer o monitoramento efetivo do cumprimento das decisões nessas áreas. A auditora assinala que o Código Brasileiro de Governança Corporativa estabelece como boa prática a abordagem ambiental e social no planejamento estratégico.

Outra responsabilidade do conselho de administração, aponta a KPMG no estudo, é garantir a preparação da empresa para uma mudança de CEO, planejada ou abrupta. Contínuo e dinâmico, o planejamento da sucessão no comando executivo implica o desenvolvimento de potenciais candidatos, combinado com planos de sucessão para os demais executivos. O conselho deve trabalhar para que, de alto a baixo na hierarquia, a organização disponha dos talentos necessários à sua estratégia.

Avaliar, monitorar e reforçar a cultura corporativa é a quinta recomendação da KPMG, que considera central a abordagem do tema pelos conselhos de administração. Entendendo a cultura como ativo estratégico e, ao mesmo tempo, risco crítico, os conselhos devem exercer tol-



rância zero em relação a comportamentos que contrariem valores e padrões éticos da empresa – de práticas obscuras de negócio a assédio sexual –, zelando pelo funcionamento de canais de denúncia e pela apuração de cada caso.



NOVOS RISCOS E CRISES

Segurança cibernética e privacidade de dados devem ser tema de abordagem permanente nas discussões dos conselhos dedicadas a gerenciamento de risco. Mais do que prevenir, assinala a KPMG no trabalho, é imperativo adotar medidas para detectar e conter invasões de *hackers* e ter respostas planejadas para elas. Ao mesmo tempo que devem conferir importância estratégica ao tema, os conselhos precisam atentar para o rigor na coleta e uso de dados pela empresa, em linha com a nova Lei Geral de Proteção de Dados.

A prevenção e o gerenciamento de crises também são lembrados pela KPMG como



“Os conselhos de administração, que eram constituídos por pessoas experientes, passaram a ter a necessidade de refletir mais as mudanças da sociedade. Hoje, não é concebível uma grande empresa sem compliance.”

Andrea Chamma / Grupo Fleury

item cada vez mais relevante na pauta dos conselhos de administração, tendo em vista o número crescente de situações críticas enfrentadas pelas empresas nos últimos anos. O tema, paralelo à gestão de riscos, requer a adoção de sistemas de controle interno para prevenir crises e mitigá-las, se ocorrerem. Aos conselhos cabe assegurar-se de que as empresas considerem os cenários hipotéticos de crises e tenham planos de resposta para essas eventualidades.

“Os conselhos de administração, que eram constituídos por pessoas experientes, passaram a ter a necessidade de refletir mais as mudanças da sociedade”, resume Andrea Chamma, do Grupo Fleury, comparando a importância conferida no presente a problemas como poluição ambiental, transgressões éticas e atraso tecnológico, relegados no passado a segundo plano. “Hoje, é pouco concebível uma grande empresa sem *compliance*, como exemplo das transformações na vida social e no mundo dos negócios que desafiam os conselhos”, conclui.

SUSEP E ANS ESTUDAM INCLUSÃO DA PRÁTICA DE AIR EM SUAS DECISÕES

Já aplicada nos EUA e no Reino Unido, a Análise do Impacto Regulatório (AIR) objetiva dar mais transparência ao processo de regulação no Brasil e subsidiar tomadas de decisão.

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (Ans) param-se para incluir os conceitos de Análise do Impacto Regulatório (AIR) em seus processos decisórios.

As agências definem o conceito de AIR como um processo sistemático de gestão regulatória, baseado na melhor evidência disponível, que busca avaliar, a partir da definição de um problema regulatório, os possíveis impactos das alternativas regulatórias disponíveis para o alcance dos objetivos pretendidos. Em tese, visa ao aprimoramento da qualidade regulatória e à maior transparência do processo de regulação, ampliando o diálogo entre Governo, setor supervisionado e sociedade em geral. E tem como principais objetivos orientar e subsidiar a tomada de decisão.

Alexandre Leal, diretor Técnico e de Estudos da CNseg, explica que a AIR já é aplicada em jurisdições como Reino Unido, EUA e alguns países europeus que já vêm avaliando, antes de implementar uma nova regulamentação ou lei, quais seriam o impacto e o custo-benefício dessa medida. Em geral, toda regulação parte de um problema, ou falha de mercado, a ser resolvido.

“A AIR é um avanço para entender a natureza do problema e as opções regulatórias



“A AIR é um avanço para entender a natureza do problema e as opções regulatórias para resolvê-lo. Dependendo do caso, uma das alternativas pode ser, inclusive, não fazer nada, pois o custo que haveria para resolver o problema é maior do que o benefício que uma norma de conduta traria. Só por isso já temos a dimensão da complexidade da AIR, que não é um trabalho trivial. É preciso ter pessoas preparadas para avaliar o impacto. Vai levar um tempo para todos os agentes entenderem como funciona esse instrumento”, reforça Leal.

Alexandre Leal / CNseg

para resolvê-lo. Uma das alternativas pode ser, inclusive, não fazer nada, pois o custo que haveria para resolver o problema é maior do que o benefício que uma norma de conduta traria. Só por isso já temos a dimensão da complexidade da AIR, que não é um trabalho trivial. É preciso ter pessoas preparadas para avaliar o impacto. Vai levar um tempo para todos os agentes entenderem como funciona esse instrumento”, reforça Leal.



PROCESSO DECISÓRIO

Rodrigo Aguiar, diretor de Desenvolvimento Setorial da Ans, informa que a agência discute o assunto desde 2016. Em março do ano passado, teve início o trabalho do GT de Boas Práticas Regulatórias, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, para promover ações relativas ao fortalecimento do Sistema Regulatório Brasileiro. Naquele época, houve reuniões técnicas semanais com todas as agências reguladoras federais, os ministérios da Fazenda e do Planejamento, e o Inmetro. Em outubro, foi realizado seminário sobre AIR e o processo decisório na Ans.

“Na consulta pública realizada pela Casa Civil, a CNseg deu uma contribuição em relação



ao momento em que começa o processo de AIR, que na proposta original seria apenas quando houvesse uma minuta de norma a ser analisada. O que defendemos é que, para uma análise de impacto regulatório adequado, a AIR deveria ser aplicada antes da minuta, pois pode ocorrer, inclusive, a opção por não regular. Ao passo que, com a minuta já pronta, fica mais difícil reverter o processo. Outra contribuição foi quanto à divulgação dos resultados da AIR, porque precisamos saber os princípios que embasaram a conclusão. A AIR deve também levar à revisitação do estudo regulatório”, defende Leal.

Para Aguiar, da ANS, a AIR deve ser aplicada na implementação, na atualização ou na revogação de normas de impacto ou interesse público, quando houver alteração do mérito. Para normas obsoletas ou atualizadas sem mudança de mérito, a AIR é dispensada. Ele explica que a AIR será adotada em todos os processos regulatórios instaurados a partir da edição do normativo que a impõe, exceto nos casos de dispensa expressamente previstos na própria norma. A proposta de norma prevê que o processo regulatório seja iniciado sempre que a ANS empreenda ações concretas voltadas à resolução de um problema regulatório.

“A AIR começa nos estágios iniciais de um processo e deve contar com a participação de



“A AIR começa nos estágios iniciais de um processo e deve contar com a participação de todos os órgãos envolvidos, especialmente aqueles responsáveis pela implantação, monitoramento e fiscalização da medida regulatória a ser implantada.”

Rodrigo Aguiar / ANS

todos os órgãos envolvidos, especialmente aqueles responsáveis pela implantação, monitoramento e fiscalização da medida regulatória a ser implantada. O processo sempre deve preceder a adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, de consumidores ou usuários dos serviços prestados”, esclarece.



INSTRUMENTO ÚNICO

Em 11 de fevereiro deste ano, a ANS abriu uma consulta pública sobre a resolução que consolida, em um único instrumento, fases, etapas e

procedimentos que devem ser observados para a adoção de medidas por parte da agência reguladora, que recebeu contribuições até 19 de março e está analisando as sugestões enviadas pela sociedade.

“A depender da quantidade e da relevância das alterações promovidas, a proposta de norma pode ter que ser submetida novamente à análise da Procuradoria Federal junto à ANS. Caso as incorporações sejam mais pontuais, a proposta será diretamente submetida à deliberação da Diretoria Colegiada da ANS, para sua aprovação ou rejeição. A utilização da metodologia proposta pela AIR já vem sendo paulatinamente adotada na ANS, na elaboração de suas últimas medidas regulatórias, com o fim de conferir maiores consistência e tecnicidade às decisões tomadas, e permitir um período de transição para a adoção plena dessa metodologia”, sinaliza Aguiar.

Ele informa ainda que o Guia para Elaboração de AIR e as Diretrizes Gerais para a elaboração da Análise de Impacto Regulatório (AIR), disponibilizados pelo Governo Federal, são documentos que apresentam os norteadores da aplicabilidade do conceito de AIR pela ANS e pelas demais entidades vinculadas à administração pública federal, de forma a fortalecer a disseminação de práticas voltadas à melhoria da qualidade regulatória.

IMPACTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NOS SEGUROS SERÁ TEMA DE CONFERÊNCIA

Conferência da Fides debaterá, na Bolívia, os desafios impostos ao avanço do mercado latino-americano e a baixa proporção das receitas do setor na formação do PIB da América Latina.

Entre os dias 8 e 11 de setembro, a Bolívia abrirá suas portas para promover, em Santa Cruz da Sierra (cerca de 850 km da capital La Paz), a próxima Conferência Hemisférica de Seguros.

Promovida a cada dois anos pela Federación Interamericana de Empresas de Seguros (Fides), a conferência reunirá delegações de todos os países cujas associações de seguradoras ou resseguradoras tenham assento na entidade, que atua em nome de companhias da América Latina, Estados Unidos e Espanha. Nessa 37º edição, a conferência terá como anfitriã a Asociación Boliviana de Aseguradores, cumprindo a tradição de uma entidade local organizar o evento bienal.

As inscrições estão abertas pelo telefone (591) 3 3417848 ou pelo e-mail: info@fides2019.com, e são esperados algo entre mil e 1,2 mil participantes. “A Conferência Hemis-

férica é o mais importante evento realizado pela Fides, selecionando sempre um tema estratégico para o mercado regional. Nessa edição, o debate será sobre a inovação tecnológica e os impactos no mercado segurador. O tema talvez seja o mais importante que as seguradoras precisam discutir no momento, para avaliar o assunto sob os mais diversos pontos de vista para ter uma visão holística da matéria”, afirmou Francisco Astellarra, secretário-geral da Fides, adiantando que, em 2021, será a vez de o Brasil sediar a próxima edição da conferência.

Em março, Astellarra visitou a CNseg para divulgar o evento e exortar a participação dos brasileiros no encontro de setembro. Segundo ele, a delegação brasileira está entre as mais numerosas da conferência

da Fides, e a CNseg, a anfitriã da edição de 2021, é uma das mais ativas nos debates promovidos pela entidade.

**Um dos painéis tratará
de tecnologia, inovação e
disrupção no setor segurador,
avaliando as perspectivas
de startups, insurtechs e
companhias incumbentes
nesse universo digital**



TENDÊNCIAS DO SETOR

O presidente da CNseg, Marcio Coriolano, participará de um painel sobre tendências do setor segurador, ao lado de representantes da Global Federation of Insurance Associations (GFIA) e de lideranças de seguradores do Chile, Colômbia, e da ex-presidente da Fides Pilar González de Frutos. Eles chamarão para si a tarefa de rascunhar as principais tendências do mercado global e os desafios para fazer o mercado latino-americano avançar, sobrepondo-se a barreiras como renda do consumidor menor que nos mercados maduros de seguros, baixo crescimento regional das economias, custos regulatórios e pouco conhecimento de seguros, por exemplo.

Todos são fatores que, como lembra Francisco Astelarra, tornam a taxa de penetração do seguro, o consumo per capita de produtos e a receita de prêmios em proporção ao PIB na América Latina bem abaixo dos mercados europeu e asiático.

Tradicionalmente, as conferências da Fides discutem temas de grande relevância para o mercado regional de seguros da América Latina. Nesta edição, terão destaque as mudanças tecnológicas, que podem alterar o perfil do mercado regional nos próximos anos.

As exigências de ajustes dos contratos de seguros e de resseguros, tendo em vista as novas tendências disruptivas que se avizinham, estarão contempladas na pauta da conferência, assim como suas consequências para os consumidores.

O cenário macroeconômico regional também será avaliado durante a Conferência da Fides, além dos riscos emergentes. Como exemplo, os especialistas vão discutir o comportamento do mercado de seguro de vida nos próximos 50 anos, tendo em vista os novos riscos enfrentados pela humanidade; a integração vertical de seguro de saúde e dos hospitais; os impactos do salto tecnológico dos veículos para o seguro de automóvel; os caminhos que os seguros agrícolas deverão trilhar para ser mais assertivos ao desenvolvimento do agronegócio; e as perspectivas dos chamados inclusivos, aqueles destinados à população de baixa renda, e as experiências mais bem-sucedidas até aqui, sobretudo em relação aos canais de distribuição e à cobrança de prêmios módicos.

O Centro de Convenções do Hotel Los Tajibos, um dos mais tradicionais de Santa Cruz de la Sierra, será o palco do encontro de setembro, situando-se em um complexo financeiro e comercial. Ao mesmo tempo, ocorrerá mais uma edição da Feira Expo Fides 2019, reunindo seguradoras globais e resseguradores interessados em integrar com os participantes. ●



UNIVERSO DIGITAL

Um dos painéis tratará de tecnologia, inovação e disruptão no setor segurador, avaliando as perspectivas de startups, insurtechs e companhias incumbentes nesse universo digital.

O uso da inteligência artificial para reduzir as queixas dos consumidores e melhorar seu nível de satisfação; a tecnologia usada no combate a fraudes e mitigação dos riscos das seguradoras; a busca do estado de arte da regulamentação que trata das vendas de seguros pelos canais eletrônicos; e uma avaliação do quanto as empresas do setor estão prontas para a economia digital serão debatidos nesse primeiro painel.

A visão dos órgãos de supervisão do mercado segurador será tema de outro painel. A ideia é avaliar o alinhamento da regulamentação em um contexto de inovação tecnológica e de disruptão, antecipando a tendência das normas prudenciais de seguros e abordando a perspectiva dos seguradores e resseguradores.

DE OLHO NO FUTURO, EVENTO DEBATE PERSPECTIVAS DOS SEGUROS E RESSEGUROS

No 8º Encontro de Resseguro no Rio, a avaliação do cenário nacional revela que o ritmo da evolução do setor está condicionado a incertezas na economia, transição política, baixa dos juros e flutuações cambiais.

Mais oportunidades abertas pela recuperação da economia, simplificação regulatória, redução da carga tributária, adoção de novas regras para licitações de obras. O 8º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro gerou essas expectativas entre os mais de 750 participantes, ao fim de dois dias de palestras e debates, em abril, na Barra da Tijuca. O evento foi muito além, no entanto, das questões econômico-fiscais e regulatórias, abarcando também temas vitais para o futuro do mercado, como inovação e diversidade.

A confiança demonstrada no Encontro por executivos e demais profissionais foi a de que o resseguro terá papel ainda mais destacado para a atividade seguradora em seu novo ciclo de crescimento, como salientou o presidente da

Treze painéis técnicos garantiram aos participantes uma visão holística dos setores de seguros e de resseguros, deixando-os a par dos tópicos estratégicos ou sensíveis de ambos segmentos.

CNseg, Marcio Coriolano, ao abrir o evento. “O setor está preparado para um novo momento do País. Sua solvência e governança vêm sendo colocadas à prova, sem arranhões”, afirmou, informando que, em janeiro, o setor alcançou a marca de R\$ 1,3 trilhão em ativos financeiros que garantem os riscos assumidos e provisões livres.

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguro (Fenaber), Paulo Pereira, lembrou que o crescimento do resseguro é diretamente proporcional ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB) ressaltando a necessidade de rever a carga tributária das resseguradoras para melhorar a competitividade. “Enquanto os locais pagam no Brasil 40% de imposto e contribuição social, além de PIS e Cofins, o americano paga 34%; o suíço e alemão, 30%; o inglês, 20%; o irlandês, 12%; e o bermudense, zero.”



▲ **Público:** Mais de 750 pessoas participaram de dois dias de palestras, que debateram também temas como inovação e diversidade



ÁREAS PROMISSORAS

Apesar das boas perspectivas, a avaliação realista do cenário nacional no evento revela que o ritmo da evolução do resseguro está condicionado a fatores como incertezas na economia, transição política, baixa dos juros e flutuações cambiais. Nesse contexto, a efetivação de reformas estruturais – previdenciária, tributária e política – foi considerada decisiva para estimular o crescimento do País e, por tabela, do mercado segurador, tendo como áreas promissoras o setor de óleo e gás, construção civil, infraestrutura e agronegócio.

Além das reformas, a melhora do ambiente de negócios e a diminuição da burocracia e

“O setor está preparado para um novo momento do País. Sua solvência e governança vêm sendo colocadas à prova, sem arranhões.”

Marcio Coriolano / CNseg

do excesso de regulação também foram destacadas como fundamentais para a retomada da economia. Essas mudanças em curso foram abordadas, em nome do Ministério da Economia, pelo secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, Caio Megale, que conclamou todo o setor a apoiar, como parceiro do Governo, medidas que reduzam o gasto público e difundam confiança, para que o País volte a crescer.

Leandro Fonseca da Silva, diretor da Agência Nacional de Saúde (ANS), disse que o financiamento à saúde é um grande desafio, devido à escalada de custos no Brasil e no mundo, apontando o resseguro como um caminho para enfrentar esse desafio. Também participaram da abertura os presidentes da Escola Nacional de Seguros, Robert Bittar; da Associação Bra-



sileira das Empresas de Corretagem de Resseguros (Abecor), Roberto da Rocha Azevedo; e da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Antonio Trindade



PAINÉIS TÉCNICOS

Nopainel sobre cidades inteligentes, Renato de Castro, da Smart City Expert da SmartUp Consulting Firm, afirmou que o avanço delas vai tornar a política de subscrição de riscos mais adequada e melhorar a previsibilidade da frequência de sinistros. Tudo porque os recursos tecnológicos presentes nas cidades inteligentes, com destaque para o Big Data e a Internet das Coisas, vão assegurar uma variedade de dados à disposição das seguradoras, algo estratégico para elas.

Tema de outro painel, sobre as coberturas para eventos catastróficos, o seguro paramétrico é a melhor resposta para mitigar perdas de eventos extremos e severos, na opinião de Rubem Hoeffiger, da SwissRe. “As vantagens desse produto, ainda pouco usado no Brasil, são a agilidade e a liberdade para alocar os recursos de acordo com as necessidades mais urgentes”, afirmou, lembrando que a agricultura e a energia são os segmentos que mais demandam seguros.

A diversidade do quadro funcional é vital para a sustentabilidade do mercado. Esse posicionamento foi consensual entre os participantes do painel técnico “Diversidade em Ação”. A situação das mulheres foi apresentada pela diretora de Ensino Técnico da Escola Nacional de Seguros, Maria Helena Monteiro, com base na última pesquisa sobre a presença feminina no setor. Uma das facetas da des-

gualdade de tratamento que ainda persiste no mercado é a salarial, segundo assinalou, observando que, na média, a remuneração das mulheres corresponde a 70% da percebida pelos homens.

A conselheira da Associação das Mulheres do Mercado de Seguros, Ana Carolina Mello, disse que os sinais de combate às desigualdades são animadores. “É uma percepção bem forte a de que grandes seguradoras e resseguradoras estão trabalhando para mudar essa situação”, afirmou.

Por sua vez, os benefícios dos Princípios Aplicáveis ao Contrato de Resseguro (Prcls, na sigla em inglês) foram tratados na palestra de Helmut Heiss, professor do Instituto de Direito de Zurich. Ele tomou como base trabalho feito por um grupo de especialistas de vários países – elaboração dos princípios e regras de direito



ACIDENTES AMBIENTAIS

Os acidentes de Mariana e Brumadinho tornaram a política de aceitação de riscos mais severa nos seguros ambientais. Muitas seguradoras continuam fazendo seguro de mineração, mas rejeitam as coberturas de barragens. No mercado de resseguros, a capacidade para riscos de mineração e barragens caiu, após elevadas perdas. O cenário do RC ambiental foi tratado em palestra de Marco Ferreira, diretor técnico da Sustenseg, empresa de consultoria de risco ambiental. Para ele, o seguro ambiental não é a “salvação da pátria” e sim uma ferramenta para complementar todas as outras ferramentas de gerenciamento de risco ambiental.

As fontes renováveis de energia podem ser uma boa aposta para o mercado segurador, mas a falta de disposição empreendedora ainda é um limitador do crescimento e, em consequência, dos negócios. De qualquer forma, mesmo que os projetos de energia renovável andem de forma lenta, convém que seguradoras e resseguradoras se preparem para oferecer produtos adequados para a complexa matriz energética do País. “Não podemos falar em matriz energética sem falar em questões ambientais”, alertou, em palestra, Roberto D’Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina).

Já o CEO da Reinsurance da Swiss Re, Moses Okeisekhoba, em painel sobre “Como o resseguro pode ajudar a resolver a lacuna de proteção”, destacou as contribuições que o resseguro pode dar para reduzir a lacuna de proteção. Ele listou as principais tendências globais e os riscos virtuais que poderão ser assumidos pelas resseguradoras, como coberturas para administrar os problemas provocados pelo rápido envelhecimento da população mundial, as questões geopolíticas, mudanças climáticas, entre outros.

O presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais que coordenou a mesa, Antonio Trindade, observou o que é preciso fazer para aumentar a cultura de seguros. “A falta de renda é um fator limitador, ou seja, as pessoas precisam de renda suficiente para poder consumir



aplicáveis ao contrato de resseguro – para solucionar conflitos entre seguradores e resseguradores. Os Prcls têm o objetivo de prover o mercado de seguros e resseguros de elementos técnicos e jurídicos capazes de garantir segurança aos contratantes de resseguro, explicou ele.

Todos os *players* do setor têm a ganhar com o advento das soluções operacionais e gerenciais baseadas nas tecnologias do blockchain – protocolo digital que possibilita o armazenamento e o compartilhamento de dados entre todas as partes envolvidas numa transação. Os benefícios da inovação, testada atualmente em vários países, foram tema do painel “Aplicações de Blockchain em seguro e resseguro”, apresentado pelo americano Antony Elliott, chairman da B3i (Blockchain Insurance Industry Initiative), uma das líderes globais no desenvolvimento de inovação para o mercado.

“Enquanto os locais pagam no Brasil 40% de imposto e contribuição social, além de PIS e Cofins, o americano paga 34%; o suíço e o alemão, 30%; o inglês, 20%; o irlandês, 12%; e o de Bermudas, zero.”

Paulo Pereira / Fenaber

nesse mercado. Outro ponto é a questão regulatória, que restringe as seguradoras na oferta de produtos para determinados nichos.”



CUSTOS DE DEFESA

Os efeitos da Lava-Jato transformaram o seguro de D&O e, caso se dissemine a prática de não adiantamento dos custos de defesa, essa apólice perderá sua finalidade. Essa foi uma das conclusões consolidadas do painel “Temas Relevantes em Sinistros”. Inicialmente, o D&O tem por finalidade adiantar os custos de defesa, mas, com a Lava Jato, o mercado ficou “hard” e algumas seguradoras estão praticando 100% de exclusão, ainda que o ato tenha sido doloso, enquanto outras admitem pagar se o segurado provar que é inocente. Para o palestrante Rodrigo Bertuccelli, vice-presidente de Clains Lange da Chubb, “se tirar o custo de defesa do D&O, o produto será esvaziado. Deve-se pagar e, quem for culpado, vai ter que devolver”.

O apoio à agenda regulatória da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a expectativa de que a autarquia adote medidas com objetivo de dar mais liberdade ao mercado de seguro e resseguro marcaram o painel temático “Perspectivas Regulatórias”.

Já a correta precificação no transporte de cargas é um dos principais desafios da política de subscrição das seguradoras e das resseguradoras. O entendimento é de Alfredo Chaia, diretor geral da Internacional Risk Veritas, em palestra apresentada a respeito dos desafios atuais do seguro de transporte. Para ele, o modo como hoje o setor subscreve transportes está defasado. “Não dá para fazer essa subscrição com o modelo disponível hoje”, decretou Chaia.

A perspectiva negativa recebida pelo mercado de resseguros brasileiro pela A.M. Best em dezembro pode ser temporária, dependendo do comportamento de algumas variáveis, como menos incertezas macroeconômicas, queda de juros, câmbio menos volátil. O painel sobre perspectiva de rating

Você sabe o que é resseguro e qual a importância para o mercado?

Operação pela qual o segurado, com o objetivo de diminuir sua responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. O resseguro é um tipo de pulverização em que o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, o risco assumido, sendo, em resumo, um seguro do seguro.

Assista ao vídeo no qual o presidente da Cnseg, Mário Coriolano, fala sobre o evento.

E-BOOK: EDIÇÃO DIGITAL DO EVENTO

Confira mais informações sobre o 8º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro no e-Book preparado especialmente para o evento. Além de se informar sobre temas estratégicos ou sensíveis de seguros e resseguros, o leitor poderá rever os fatos mais relevantes debatidos nos painéis e assistir a entrevistas exclusivas das principais lideranças do mercado e de autoridades da supervisão do mercado.

Nessa edição digital, o visitante poderá ter uma visão holística da imersão de dois dias do mercado para discutir o complexo cenário econômico, o andamento das reformas estruturantes, os fatores que beneficiam ou não o crescimento dos dois setores (seguros e resseguros), e os riscos emergentes à trajetória de alta, como os extremos climáticos e o avanço digital.

Acesse: cnseg.org.br/publicacoes/ebook-8-encontro-de-resseguro-do-rio-de-janeiro.html

foi conduzido pelo analista sênior da A.M. Best, Guilherme Simões. Para Simões, o mercado tem condições de se reerguer. “Há vários fatores que podem estabilizar o mercado de resseguros. As reformas (previdência, fiscal, tributária e política), se realizadas, podem facilitar o crescimento a longo prazo e impulsionar a confiança interna e externa no País”, disse ele, para quem “o pior já passou”.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

(LGPD) vai gerar uma revisão dos contratos de seguros em todos os níveis. A explosão do volume de dados e inovações como computação na nuvem, internet das coisas e inteligência artificial são um caminho sem volta, e o desafio é ter análise e mapeamento dos riscos dessa exposição. Essas são algumas conclusões do painel apresentado por Daniel Haddad, CEO da CECyber, e por Marcia Cicarelli, sócia da área de Seguros e Resseguros do escritório Demarest. ●

PERCEPÇÃO DE RISCOS VIRTUAIS AUMENTA PROCURA PELA PROTEÇÃO DO SEGURO

Estudo mostra que 30% das empresas brasileiras já foram alvo de incidentes de riscos eletrônicos, e relatório coloca o Brasil na liderança dos países com 43% de probabilidade de vazamento de dados.

Brasil é um dos países mais conectados do mundo, líder em uso de smartphones e referência em tecnologia bancária e em pagamento eletrônico. Se por um lado há desenvolvimento, por outro o País caminha a passos lentos quando o assunto é proteção de dados e transações. Não faltam estudos que o colocam no topo do ranking daqueles com maior potencial de danos devido a ataques cibernéticos (vazamento de dados, roubo de senhas, rompimento de sistemas e outros crimes). Não por acaso, esse cenário vem movimentando o mercado segurador brasileiro.

De acordo com a pesquisa Norton Cyber Security Insights Report 2017, divulgada pela Symantec (empresa global de segurança cibernética), o Brasil reúne números alarmantes: ficou em segundo lugar em termos de perdas financeiras provocadas por ataques cibernéticos,

“As obrigações e responsabilidades impostas pela legislação de proteção de dados individuais vão favorecer a adoção de uma nova cultura de proteção nas empresas, que não querem ficar expostas a riscos que comprometam sua reputação.”

Luiz Gustavo Galrão / FenSeg

cos, atrás apenas da China. Naquele ano, cerca de 62 milhões de brasileiros foram vítimas de cibercrime, o que representa 61% da população adulta conectada do País. As perdas totalizaram R\$ 80 bilhões; cada vítima perdeu uma média de 34 horas com as consequências dos ataques.

O estudo produzido pela JLT Cyber View, em 2018, mostra que 30% das empresas brasileiras já foram alvo de incidentes. Já o relatório IBM Ponemon coloca o Brasil na liderança dos países com mais probabilidade de um vazamento de dados: 43%.

“O País evoluiu em diversos aspectos tecnológicos, mas ainda há uma cultura a ser criada entre os brasileiros em relação à proteção de dados. Nesse ponto, estamos atrasados em comparação ao resto do mundo. Em países da Europa, por exemplo, existem legislações nesse sentido desde as décadas de 1980, 1990. Por aqui tivemos dois marcos recentes: o

Em 2017, cerca de 62 milhões de brasileiros foram vítimas de cibercrime, o denominado “crime cibernético” que representa 61% da população adulta do País conectada à mídia eletrônica. As perdas totalizaram R\$ 80 bilhões.

Marco Civil da Internet, aprovado em 2014, e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em 2018, mas que só vai começar a vigorar em fevereiro de 2020”, destaca o coordenador da Comissão de Linhas Financeiras da FenSeg, Luiz Gustavo Ferreira Galrão.



PRIVACIDADE DE DADOS

O principal objetivo da LGPD é prezar pela privacidade dos dados pessoais e permitir um maior controle sobre eles. A lei regulamenta os processos de coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento dessas informações por parte de empresas públicas e privadas – e determina deveres e responsabilidades para todas as empresas que tratam dados de pessoas físicas, prevendo penalidades severas em caso de descumprimento. Os incidentes com a segurança desses dados, em especial, precisam ser comunicados com rapidez às autoridades competentes.

Especialistas dizem que a nova legislação não é uma réplica exata da lei europeia, mas sua espinha dorsal é baseada nela. Portanto, haverá proteções e controles bastante rígidos. A LGPD em vigor na Europa pode afetar não só empre-

sas europeias, mas todas as que negociam com essas companhias. As multas podem chegar a 20 milhões de euros. No caso da lei brasileira, a punição pode atingir 2% do faturamento da empresa ou até R\$ 50 milhões.

Para Galrão, a lei pode ser considerada um divisor de águas no segmento de seguros contra riscos cibernéticos. “As empresas de pequeno a grande porte precisam se adaptar à lei. As obrigações e responsabilidades impostas pela legislação vão favorecer a adoção de uma nova cultura de proteção nas empresas, que não querem ficar expostas a riscos que comprometam sua reputação”.

Por ser considerado ainda incipiente no Brasil, o mercado de seguros contra riscos cibernéticos não dispõe de dados oficiais sobre o desempenho desse produto no País. As seguradoras que trabalham com esse tipo de apólice, porém, já divulgam números relativos a esse segmento e dão uma pista do que pode estar por vir. Nos dois primeiros meses deste ano, os prêmios somaram R\$ 3,13 milhões. Mantendo essa média mensal, o faturamento com esse seguro no Brasil pode alcançar um pouco mais de R\$ 18 milhões por ano.

Nos próximos cinco anos, a expectativa é de crescimento significativo: R\$ 100 milhões/ano de prêmio nesse nicho. “As obrigatoriedades contidas na LGPD e a crescente preocupação das empresas com a segurança de dados têm elevado o número de cotações e de efetivação de negócios nas seguradoras”, informa Galrão.

De fato, riscos cibernéticos vêm ganhando a atenção de CEOs e diretores de empresas, afirma o executivo. Se antes a área de Tecnologia da Informação era colocada em segundo plano dentro das estratégias das companhias, hoje é tema de reuniões e decisões de orçamentos discutidas entre o alto escalão. “Há uma percepção no mundo corporativo de que não há sistema 100% seguro, por mais que haja investimentos e desenvolvimento de tecnologia de ponta. Daí a necessidade cada vez mais clara de proteção. E de novo, a LGPD obrigou presidentes, diretores e a área de compliance das empresas a entender um pouco mais sobre o tema”.



RANKING DE PREOCUPAÇÕES

O levantamento anual Allianz Risk Abrometer 2019, lançado pela seguradora em janeiro, destaca que, no Brasil, crimes cibernéticos, falhas relacionadas à tecnologia da informação e vazamento de dados já aparecem no topo da preocupação das empresas entrevistadas. A oitava edição da pesquisa sobre as ameaças aos negócios, com participação de 2.415 especialistas de 86 países, apontou que cyber risks representam um grande temor entre as companhias no mundo, mas no Brasil já é o número um no ambiente corporativo.

Os riscos envolvendo novas tecnologias (interconectividade, nanotecnologia e inteligência artificial, carros autônomos e blockchain) ascenderam da nona para a quarta colocação no ranking de preocupações de empresas brasileiras este ano. No ranking global, incidentes cibernéticos agora causam mais preocupação às empresas que incêndios e catástrofes naturais, por exemplo. Segundo o estudo da Allianz, crimes cibernéticos custam hoje cerca de US\$ 600 bilhões por ano em todo o mundo – em 2014, esse montante era de US\$ 445 bilhões.

No Brasil, sete seguradoras já oferecem seguros contra riscos cibernéticos. Na expectativa de Galrão, esse número deve mais que dobrar nos próximos anos. Apesar do crescimento previsto, o mercado brasileiro ainda não chegará nem perto do tamanho do norte-americano. Nos EUA, o prêmio nesse segmento é de cerca de US\$ 2 bilhões/ano. “O Brasil é um país de relevância no cenário global e ainda não tem nem metade de seu potencial explorado nesse mercado”, ressalta.



INTERESSE DE SETORES

No Brasil, segundo a FenSeg, os maiores contratantes de seguros contra riscos cibernéticos atualmente são empresas de tecnologia e instituições financeiras. Contudo, o interesse de



outros setores tem crescido e a expectativa da federação é que o mercado evolua significativamente nos próximos anos.

De uma forma geral, as seguradoras contemplam nas apólices cobertura a terceiros e ao segurado e reembolsam custos decorrentes de um incidente de segurança. Por exemplo, custo com a substituição e restauração de ativos, despesas com investigações, indenizações, em casos específicos, e apoio na gestão da crise; além dos prejuízos indenizáveis decorrentes de indisponibilidade de serviços e resgate de informações.

Há também possibilidade de coberturas de danos morais e à propriedade intelectual, custos com gerenciamento de crise de imagem, prejuízos causados a terceiros e serviços de monitoramento de crédito e identificação de roubos de dados.

Na opinião de Galrão, as seguradoras preci-

No ranking global, incidentes cibernéticos agora causam mais preocupação às empresas do que incêndios e catástrofes naturais. Crimes custam cerca de US\$ 600 bilhões por ano no mundo.

sam desenvolver produtos que se adaptem às necessidades não só de grandes, mas também de pequenas e médias empresas. Para estas últimas, tornar mais simples o acesso ao seguro contra riscos cibernéticos é fundamental para ganhar mercado e conquistar clientes. Investir em serviços agregados também é importante para gerar mais confiança entre os segurados. Hoje já existem seguradoras apostando em call centers que trabalham 24 horas por dia, durante sete dias na semana, para esclarecer dúvidas de empresas ou atender àquelas que tenham sofrido algum tipo de incidente.

“Quanto mais rápida a resposta, menor o prejuízo causado aos segurados, no caso de um eventual ataque cibernético. A boa notícia é que há cada vez mais startups se debruçando no desenvolvimento de novas soluções em segurança digital, o que com certeza beneficiará esse segmento.”

NOVAS DIRETRIZES PARA QUEBRAR PARADIGMAS DO TRATAMENTO MÉDICO

Além da mudança cultural de pacientes que estão acostumados a recorrer diretamente a médicos especialistas, a Atenção Primária à Saúde (APS) também traz a valorização do generalista.

Obter o diagnóstico correto para determinada doença e o tratamento eficaz requer, às vezes, idas e vindas a prontos-socorros, consultas com diversos especialistas, muitos exames e, ainda, a prescrição de medicamentos que não resolvem o problema. Mas como seria se, em vez de percorrer toda essa via-crúcis, o paciente pudesse ser atendido, inicialmente, por um médico generalista, que acompanhasse seu histórico e conhecesse não apenas seu estado físico e mental, como também seus dilemas e dificuldades? O conceito remete ao antigo modelo do médico de família, o mesmo que compõe a base da Atenção Primária à Saúde (APS).

Defendida pela FenaSaúde, a APS é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como os cuidados essenciais à saúde, baseados em tecnologias acessíveis, que levam os serviços de saúde o mais próximo possível dos locais onde as pessoas vivem e trabalham. De acordo com o professor da disciplina de Clínica Geral e Propedéutica da Universidade de São Paulo (USP), Gustavo Gusso, que participou do 3º Encontro de Comunicação da Saúde Suplementar, organizado pela FenaSaúde, no dia 23 de abril, em São Paulo, a APS é a porta de entrada para o sistema nacional de saúde.

“No Brasil, as pessoas recorrem aos prontos-socorros até mesmo para uma febre de 38 graus. Isso mostra a falência desse modelo e a oportunidade de se construir uma mudança.”

Gustavo Gusso / USP

Gusso admite, no entanto, que o conceito de APS “ainda é muito confuso no Brasil”. Segundo ele, o mais aceito mundialmente é o que está no livro ‘Atenção Primária’, da professora Bárbara Starfield, no qual ela indica quatro atributos para a APS: acesso, coordenação, longitudinalidade (vínculo) e cuidado abrangente (integralidade). Gusso explica que, na prática, o conceito sugere que o paciente seja acompanhado por uma equipe multidisciplinar articulada e lidera-

da por um médico de família, profissional que responde pelo atendimento primário, acompanhamento do histórico do usuário e eventual encaminhamento a outros níveis de atenção.



AÇÕES DE PREVENÇÃO

Experiências mostram que sistemas de saúde estruturados e organizados em conformidade com os princípios e diretrizes da APS são capazes de resolver 80% dos problemas de saúde da pessoa ao longo da vida. Entretanto, Gusso reconhece que colocar o sistema em prática não é tão simples. Até porque as ações de prevenção de doenças e agravos à saúde devem ser executadas em três níveis: primário (antes da doença), secundário (quando a doença está em evolução) e terciário (quando a doença já está instalada), como já previa o Relatório Dawson, publicado em 1920.

Para colocar esse conceito em prática, Gusso entende que, entre outras ações, é necessário dispor de unidades de saúde distribuídas geograficamente. Em relação ao cuidado abrangente, um dos atributos da APS, ele destaca a importância de a unidade contar com equipe multidisciplinar, formada por médicos generalistas e enfermeiras, que possam realizar diversos procedimentos.



JORNADA DE UM PACIENTE DE 29 ANOS COM DOR DE CABEÇA HÁ CINCO DIAS

SEM APS

- Ele vai direto ao médico otorrinolaringologista, que lhe prescreve antibiótico.
- Três dias depois, ainda com dor, vai ao Pronto-Socorro e sai com a receita de corticoide.
- Mais alguns dias, com feridas na pele, outro especialista lhe prescreve remédios para herpes zoster.
- Ainda com dor, ele passa a tomar remédios para enxaqueca indicados por um neurologista.
- A jornada termina em consultório particular de um neurologista famoso, que conclui se tratar de uma cefaleia tensional causada pela conclusão do doutorado e a separação da esposa.

COM APS

- Ele vai ao médico de família, no qual está inscrito, que lhe atendeu há pouco tempo por causa de um problema dermatológico, ocasião em que conversaram sobre as questões da separação e do fim do doutorado.
- O médico de família levanta a hipótese de que a dor de cabeça pode ter relação com esses problemas e lhe prescreve analgésicos, sugerindo a manutenção do medicamento até o final do doutorado.

Mas o modelo de Saúde Suplementar em vigor, segundo o professor, é o do consultório com apenas um médico e uma recepcionista, que, geralmente, não faz sequer curativos. “Por isso, no Brasil, as pessoas recorrem aos prontos-socorros até mesmo para uma febre de 38 graus. Isso mostra a falência desse modelo e a oportunidade de se construir uma mudança”, disse.

O funcionamento da atenção primária implica a existência da atenção secundária e terciária. Mas no Brasil, Gusso admite certa distorção nesse modelo. “Começamos de trás para a frente. Tínhamos a terciária, com hospitais estruturados, e a primária, inicialmente, pelo SUS. Mas, a secundária, que é uma consultoria, praticamente não existia”, diz. Segundo ele, somente agora a secundária começa a avançar com a telemedicina. “Outra condição básica para a APS é o cuidado compartilhado. Porém, os médicos relutam em trabalhar em equipe. No Brasil, os médicos disputam pacientes”, critica.



MUDANÇA CULTURAL

Gusso define a gestão clínica, uma das bases do sistema de saúde, como “o paciente certo, no lugar certo e na hora certa”. A implantação do modelo APS, segundo ele, envolve uma mudança cultural, tanto da parte do paciente, que está acostumado a recorrer diretamente ao médico especialista, como também dos próprios especialistas, que precisam entender a sua função. “No Brasil, temos a cultura do médico especialista, e isso é uma armadilha. Diferentemente de outros países, aqui é permitido que médicos se registrem no CFM como generalistas e especialistas. Exercer essa dupla função não é saudável”, avalia.

Para o especialista, um dos obstáculos ao modelo de APS é a mercantilização da saúde, que transforma sintomas (como timidez ou mau desempenho escolar) em doenças, fabrica medicamentos e passa a tratar essa suposta doença como uma epidemia. “É mais fácil trazer o dinheiro para o sistema, assustando a população. Mas podemos mudar isso, trabalhando juntos para criar uma rede colaborativa e ter um processo saudável, em que todos ganhem”, propõe.

MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO JÁ TEM NOVOS PRODUTOS EM 2019

Expectativa das empresas de Capitalização é de que serão criados mais de 400 produtos feitos sob medida para necessidades do consumidor.

A entrada em vigor do marco regulatório para a Capitalização é a grande aposta do mercado para alavancar a comercialização de produtos, dando início a um novo ciclo de crescimento para o setor. A estimativa é que, com o lançamento de duas novas modalidades aprovadas pela Susep – o Instrumento de Garantia e a Filantropia Premiável –, tenham entrado e, ainda entrem em circulação, no segundo semestre de 2019, mais de 400 títulos feitos sob medida para atender às demandas dos consumidores brasileiros.

Além de ampliar a carteira, a implementação da Circular 569 da Susep regulamentou modalidades clássicas como os Planos Tradicionais, Compra Programada, Popular e de Incentivo, trazendo mais clareza e segurança jurídica para a Capitalização. Após dois anos de discussão e de adaptação às novas regras, as empresas estão revendo e atualizando todo o portfólio para torná-los mais atrativos aos seus clientes.

Na avaliação do diretor-executivo da FenaCap, Carlos Alberto Corrêa, o normativo dará novo fôlego ao mercado que, ape-

sar do momento de incertezas na economia, tem apresentado bons resultados. Dados da Federação mostram que o segmento faturou R\$ 5,4 bilhões nos três primeiros meses do ano – um incremento de 8,1% na comparação com o mesmo período do ano passado.



SOLUÇÕES OFERTADAS

“É um novo momento para a Capitalização. O marco regulatório permite ao consumidor compreender melhor as soluções ofertadas, favorecendo sua expansão e abrindo espaço para o lançamento de produtos adequados às suas necessidades”, afirma Corrêa, para quem o otimismo do mercado tem uma razão adicional. “A despeito do ritmo ainda lento de retomada da economia, o faturamento global do setor cresceu 8% no primeiro trimestre, demonstrando que estamos preparados para responder de maneira rápida à melhoria do cenário econômico”, afirma.

Executivos do mercado, como Marcelo Oliveira, concordam que o marco regulatório abre novas oportunidades para o setor. “As novas regras possibilitam o uso dos títulos de capitalização para um mercado nunca explorado, como garantia para empréstimos, financiamentos, grandes obras e contratos empresariais. E, quando criam oportunidades de novos negócios, refletem um novo impulso para o setor”, avalia.

As recém-criadas modalidades já eram comercializadas antes do marco regulatório, só que acopladas a outros planos. É o caso do Instrumento de Garantia, um título tradicional utilizado para substituir o fiador nas transações de aluguel de imóveis comerciais e residenciais. Com a mudança, transformou-se em modalidade independente, podendo ser utilizado ainda como garantia de empréstimos ou de contratos de qualquer natureza. O Filantropia Premiável, oferecido anteriormente dentro da modalidade Incentivo e Popular, agora tem regras próprias e deverá impulsionar a captação de recursos para projetos filantrópicos de grande importância para a população.



Para o executivo José Antônio Maia Piñeiro, o marco regulatório abre um leque de oportunidades, permitindo avançar em modelos ofertados pelo mercado como, por exemplo, a recém-criada modalidade de Filantropia Premiável. “À medida que esse segmento foi regulamentado, possibilitou mais flexibilidade na construção de novos modelos de negócio. O mercado vai avançar, com novos produtos disponíveis aos consumidores”, adianta José Maia Piñeiro, membro da Comissão de Produtos e Coordenação da FenaCap.

Na verdade, as empresas já operavam com a garantia para aluguel de imóveis, que tem toda sua formalização atrelada à Lei de Inquilinato e suas especificidades. “É um segmento com grande potencial à medida que a economia do País destrave e novos investimentos sejam feitos. A Capitalização pode se inserir nesse contexto como um instrumento de garantia para novos contratos”, afirma.



GERAR CONHECIMENTO

Para Marcelo Oliveira, o desafio a partir de agora é ampliar conhecimento dos consumidores sobre esses produtos e suas aplicações técnicas. “Apesar do relevante crescimento, a penetração dos títulos de capitalização no segmento imobiliário ainda é pequena e muito disso se deve também ao desconhecimento da população sobre essa possibilidade. Além de gerar conhecimento, em breve nós vamos apresentar algumas novidades que facilitarão a experiência de compra dos consumidores”, afirma.

A nova regulamentação também deverá estimular a comercialização dos títulos voltados para o mercado imobiliário. A modalidade de instrumento de garantia permitirá que o plano de capitalização seja utilizado como uma garantia. “O marco regulatório vai trazer mais transparência à comercialização dos produtos, o que é fundamental para o consumidor”, reitera Marcelo Oliveira.

● Ponto de partida para o amadurecimento de

setor, há algumas questões no marco regulatório que precisam ser mais bem equacionadas, destaca o executivo Maia Piñeiro. “A Susep flexibilizou determinados parâmetros que antes eram rígidos e que inviabilizavam alguns modelos. Agora, eles estão mais flexíveis e permitem uma área maior de atuação”, destaca. No caso da Filantropia, houve uma flexibilização tanto na cota de capitalização como na vigência, e isso abre possibilidades. “São mudanças bastante positivas, que trazem segurança jurídica e desengessam o mercado, permitindo seu desenvolvimento e a criação de novos produtos sem amarras”, diz o executivo.

Pela ótica do consumidor, além de produtos mais adequados, uma das principais vantagens foi a obrigatoriedade de devolução de no mínimo 50% do valor pago, no caso dos produtos de pagamento mensal, além do prazo de pagamento de resgate e sorteio, reduzido para 15 dias corridos. “Será preciso dar um tempo para que o consumidor amadureça e seja absorvido efetivamente pelo mercado”, finaliza Piñeiro. ●

ESCOLA CONQUISTA NOTA MÁXIMA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INEP/MEC concede nota 5 para Graduação Tecnológica em Gestão de Seguros da ENS, que está entre as quatro instituições de ensino do País a receber nota máxima em todos os itens avaliados.

O número 5 vale muito para os educadores. Afinal, essa é a nota máxima conferida pelo Ministério da Educação (MEC) aos cursos de excelência no País. E a Escola Nacional de Seguros (ENS) está entre eles: o curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Seguros, ministrado no Rio de Janeiro, foi referendado com o grau 5.

Durante dois dias, avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) estiveram na sede da ENS, no Rio, para analisar integralmente a graduação. As cinco dimensões apreciadas receberam a nota máxima. “Apenas 2% das instituições de ensino no Brasil têm nota 5. E apenas quatro delas, na história do MEC, conseguiram nota 5 em todos os itens”, lembrou o diretor de Ensino Superior da ENS, Mario Pinto.

Desde 2005, quando a ENS se tornou uma instituição de ensino superior, sete notas 5 e cin-

“É extremamente relevante uma instituição de ensino superior obter notas boas, porque isso permite, além de colocá-la entre as melhores do País, passos futuros diante do próprio MEC.”

Mario Pinto /ENS

co notas 4, também um grau respeitável no setor educacional, foram conferidas pelo MEC à instituição de ensino voltada para o mercado segurador. Pinto explica que existem dois aspectos relevantes para esse reconhecimento recente do MEC: primeiro, o curso garante uma projeção de qualidade absolutamente inquestionável pelos parâmetros do MEC; e segundo, a ENS conquista, assim, mais autonomia diante do órgão regulador (o próprio MEC), para aprimorar ou mesmo implantar novos cursos, entre outros aspectos do universo do ensino.

“É extremamente relevante uma instituição de ensino superior obter notas boas, porque isso permite, além de colocá-la entre as melhores do País, passos futuros diante do próprio MEC, que atua com a lógica da meritocracia. Se a escola está bem, ela tem tudo. Quando está mal, o MEC a tira do jogo. O significado da nota 5 é este: verificar se a instituição de ensino está numa curva normal”, endossou o diretor da ENS.



LACUNAS DO MERCADO

Alcançar excelência na educação exige muito trabalho, dedicação e busca incessante pelo diferencial. A ENS vem ao longo de sua existência identificando todas as lacunas de mercado em que o seguro pode se fazer presente e imprescindível para ajudar a alavancar a economia.

“É importante mostrar o quanto a ENS está atenta a seus produtos, profissionais e questões do mercado. A razão de existir da Escola é o mercado de seguros, isso tem que ficar claro. A ENS muitas vezes se antecipa, porque enxerga tendências. Mas, às vezes, responde às demandas e necessidades do mercado. Tão importante quanto falar do sucesso dessa nota 5 do MEC é falar do produto em si, a graduação desenvolvida para e pelo mercado”, ressaltou Pinto.

Até que ponto o mercado de seguros percebe a capacidade transformadora que ostenta e que é tão bem identificada e aprimorada continuamente pela ENS em seu programa educacional para o setor? O dire-

tor de Ensino Superior da Escola mostra-se preocupado com o que define como “timidez histórica e cultural em falar para fora”, que vem impedindo o setor segurador de mostrar sua pujança.

“Poucas pessoas fora do ambiente educacional sabem o que significa uma nota 5 do MEC e o trabalho exigido para se obtê-la. Para muitos, isso passa despercebido. É importante mostrar para o setor que há um braço educacional transcendente em termos de qualidade”, frisou.



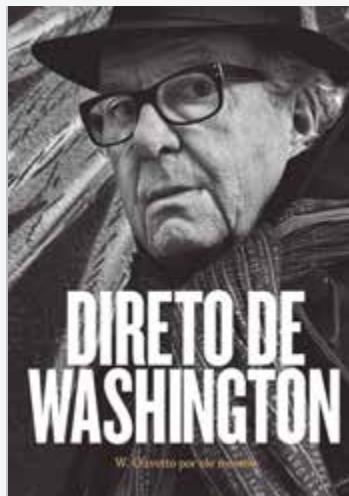
EVOLUÇÃO ACADÊMICA

O diretor da ENS destacou o empenho do corpo docente — um dos pontos destacados pelo INEP/ MEC — e de colaboradores que participam efetivamente dessa evolução acadêmica, agora reconhecida com a nota máxima do MEC. Para ele, a Escola está difundindo com precisão e eficiência mais que somente o conhecimento do seguro, mas a relevância dele para a economia, apurando-a com profissionais capacitados.

“A média de experiência docente na área do mundo do trabalho é de 15,4 anos, assim, restou comprovada a experiência do corpo docente e sua aderência ao mundo do trabalho. Pela vasta quantidade de obras e artigos publicados pelos docentes, também ficou comprovada a capacidade deles em apresentar exemplos contextualizados da relação entre problemas práticos e a teoria ministrita”, acentuou o relatório final dos peritos do INEP/MEC.

Os mesmos técnicos concluíram que o modelo de Ensino a Distância (EaD); as atividades educativas e interativas no ambiente virtual; as instalações para as aulas e o Boletim Acontece são bem aplicados e constituem-se em diferenciais da ENS: “A interdisciplinaridade e análise das competências pessoais e profissionais previstas no Projeto Pedagógico do Curso estão claras e evidenciadas no material didático. Na biblioteca há séries de livros de publicação docente específicas para área securitária, além das aulas EaD. Essa disseminação de informações pode ser percebida pelo Acontece, informativo semanal que, além de divulgar e disseminar conteúdos educacionais, também atua com relevante papel perante a comunidade civil em esclarecimentos e direitos sociais”, frisaram os avaliadores.

A nota 5 do MEC conferida à Graduação Tecnológica em Gestão de Seguros, no Rio de Janeiro, começa a render frutos. São Paulo também receberá o curso. A primeira turma na capital paulista está prevista para o segundo semestre deste ano. “A ENS entregou ao MEC muito mais do que estava previsto”, concluiu Mario Pinto.



DIRETO DE WASHINGTON

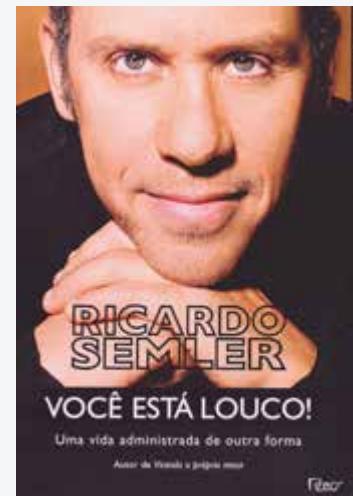
Opinião | Alex Campos
jornalista e escritor

O cânone da literatura Harold Bloom alertava que “resenhar livros ruins faz mal ao caráter”. Eu gosto de livros e gosto do meu caráter. Por isso sempre fui cauteloso ao só resenhar livros que me permitissem preservar o caráter. O título remete à interseção que envolve o nome do autor e o nome da capital norte-americana. O publicitário traz histórias de sucessos, fracassos e frustrações, em forma de crônica, confissão e stand up. “Essa é minha primeira e penúltima autobiografia”, graceja nas primeiras páginas. São quase 400. Por elas desfilam “cases” e “causos” sobre celebridades, famosos, lugares, marcas, grifes... Enfim, um livro delicioso que faz cócegas na mente e dignifica o caráter de quem o lê. Olivetto faz uma ótima (e merecida) propaganda de si mesmo.

///Sinopse

Washington Olivetto é o grande publicitário que não quis ser apenas um grande publicitário. Resolveu ser um homem de negócios que se transformou em um pop star. Ganhou o primeiro Leão de Ouro do Brasil em Cannes, conquistou todos os prêmios da propaganda mundial, entrou para o Guinness Book of Records, inspirou personagens de novela, virou letra de músicas de sucesso, nome de pratos em restaurantes famosos, selo do Correio do seu país, vice-presidente de time de futebol, cidadão carioca sendo paulista, commendadore italiano sendo brasileiro. Olivetto está no Lifetime Achievement do Clio e foi o primeiro não anglo-saxão a entrar para o Hall of Fame do One Club de Nova York. Neste livro, ele conta algumas histórias que ajudam a compreender como o grande publicitário criou seu melhor personagem: ele próprio.

Autor: Washington Olivetto
Editora: Estação Brasil (Sextante)
Ano: 2018



VOCÊ ESTÁ LOUCO!

Opinião | Guacir de Llano Bueno
presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio Grande do Sul

O escrito não é recente, porém, é de uma atualidade impressionante. O comprometimento do protagonista com as melhores práticas de gestão administrativa, assim como, especialmente, sua capacidade e motivação para inovações; sua audácia, seu otimismo, sua perseverança são marcas que merecem ser estudadas e cultivadas por todos. A importância de o dirigente estar sempre apto a perceber oportunidades, e ter a coragem de ousar, fica registrada neste livro de maneira muito singular e pedagógica. Boa leitura!

///Sinopse

Ricardo Semler, autor do maior best-seller brasileiro (*Virando a Própria Mesa*), conta neste livro sua história de sucesso. Compartilha vivências fascinantes e desconcertantes, como a de seus empreendimentos humanitários, por meio da Fundação Semco, do Instituto DNA Brasil e da Escola Luminar, onde os alunos escolhem o que desejam aprender, para melhor escolher como viver. Mostra como o sucesso foi obtido graças a um democrático sistema de gestão participativa.

Autor: Ricardo Semler
Editora: Rocco Ltda.
Ano: 2006



#VivaEssaEmoção

O **Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros**, além de contribuir para o desenvolvimento do setor de seguros brasileiro – ao reconhecer as melhores práticas em produtos, serviços, comunicação, processos e tecnologias –, é um momento único na carreira profissional dos participantes vencedores.

Inscreva o seu projeto, gratuitamente: PREMIOSEGURO.COM.BR

siga-nos





A História do Seguro no Brasil
tem endereço:

cedom.cnseg.org.br



CEDOM

Centro de Documentação e
Memória do Mercado Segurador